

Idéias

Revista mensal do Sindicato dos Servidores
das Justiças Federais do Estado do Rio de Janeiro
ANO I, número 7 - Dezembro / 2006

EM REVISTA

- PLN 11 e PLN 12 já foram sancionados pela Presidente
- Como ficam as aposentadorias do funcionalismo com a reforma da Previdência
- Beth Carvalho, uma resistente cultural, que está sempre ao lado do povo

Convênio com a **ACM**

Associação Cristã de Moços

Aproveite!

A ACM é pertinho de quase todos os Tribunais, logo ali, na Rua da Lapa.

A SISEJUFE/RJ firmou uma concessão de desconto com a Associação Cristã de Moços (ACM), inicialmente na Unidade Centro do Rio de Janeiro, localizada na Rua da Lapa, 86.

Os funcionários / associados do SISEJUFE/RJ e seus dependentes (cônjuge e filhos de 6 a 15 anos) que se matricular na ACM na categoria de ASSOCIADO PLENO, terão direito a praticar Ginástica (jump, alongamento, jogging local, step, programa de cond. Físico), Natação, Hidroginástica, Voleibol, Futsal, Basquetebol, Handebol, com um desconto de 20% na mensalidade, sem taxa de matrícula.

Outras categorias de associado e atividades como Musculação, Artes Marciais, Bike Indoor e Dança de Salão também são oferecidas, entretanto com condições diferentes.

Informações detalhadas poderão ser obtidas diretamente no setor de associados da Associação Cristã de Moços (ACM) – Centro – Rio de Janeiro – RJ, ou pelo telefone (21) 2509 – 5727 ramais 304, 206, 219 ou 302.

Estimular as lutas sociais e construir um novo projeto para o país

Passado o processo eleitoral e conhecidos os vencedores e os perdedores, chega o momento de fazermos um balanço e de olhar para frente. Mais do que contar o número de parlamentares e de governos progressistas eleitos é necessário fazer um esforço para analisar nossa atuação, conquistas e desafios para o próximo período. Há tempos percebíamos que a esquerda iria participar dividida das eleições. As causas são inúmeras e serão aprofundadas e melhor debatidas nos próximos meses.

Dois elementos merecem destaque. A decepção com o governo Lula e a forma com que alguns setores da esquerda copiaram o jeito burguês de fazer política, resultando numa série de denúncias de corrupção e de práticas eleitoreiras. A campanha foi despolitizada, não houve disputas de projetos políticos e os partidos de esquerda demonstraram que não possuem estratégias organizativas, ideológicas e políticas.

O governo Lula estava crente que ganharia no primeiro turno. Para isso estabeleceu um amplo leque de alianças (da esquerda à direita). Como resultado, a militância social não foi convocada e os movimentos populares se sentiram postos de lado. Diversos setores da esquerda e dos movimentos sociais analisam que há um esgotamento da democracia do Estado burguês, que restringe a participação popular unicamente para os períodos eleitorais. Para essas forças políticas, que não desconsideram o processo eleitoral, a prioridade é aumentar os níveis de organização e de consciência da população. Elementos que são essenciais para alterar a correlação de forças com a burguesia.

Então, sinalizam que a reforma política não pode apenas se restringir às mudanças pontuais, mas sim buscar seu objetivo principal: garantir ao povo o exercício do poder.

A estratégia de reeleição do governo Lula excluiu os debates sobre projetos estratégicos para o país e a defesa dos interesses de classe. Este fato, somado às denúncias de tentativa de compra do dossiê, ajudou a afastar a militância e as forças populares que queriam politizar a campanha.

Por outro lado, a direita usou sem nenhum escrúpulo, toda sua força nos meios de comunicação para se aglutinar em torno de Geraldo Alckmin (PSDB). Com isso, conseguiram levar a eleição para o segundo turno.

Era preciso, então, impedir que a candidatura tucana saísse vencedora. Havia interesses de classe divergentes atrás de cada candidato. No mínimo, a vitória de Lula representaria, simbolicamente, a vitória da classe trabalhadora, a manutenção de alianças na América Latina com governos progressistas e o respeito aos movimentos sociais, cuja maioria se engajou nas discussões e na campanha.

Mas tudo isso sem ilusões e com a convicção cada vez maior, que as transformações vêm das ações da própria sociedade. Daí a necessidade dos movimentos populares terem autonomia, elaboração teórica e capacidade de mobilização.

Assegurado mais um mandato, é hora de cobrar e exigir as mudanças que atendam aos interesses do povo. O presidente, em seus primeiros pronunciamentos, destacou a necessidade de promover o desenvolvimento econômico associado com medidas de distribuição da riqueza e renda. Essa afirmação não pode se restringir ao entusiasmo de quem derrotou eleitoralmente a burguesia. É preciso que se transforme em ações concretas.

Estes são desafios que cabem ao governo reeleito. Mas, também são desafios das forças sociais que querem construir um país com base na democracia, na justiça social, na soberania e na defesa do meio ambiente.

Secretaria Nacional do MST

SISEJUFE

Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE PROVISÓRIA: Senador Dantas 117 - Sala 1541 - Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP 20031-911

TEL./FAX: (21) 2215-2443

PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silva da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Márcio Hungerbühler, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Mário Augusto Jakobskind (RJ 13.389/JP)

REDAÇÃO e REVISÃO:

Max Leone (Mtb 18.091)

PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO:

Claudio Camillo (Mtb 20.478)

ILUSTRAÇÃO:

Latuff

IMPRESSÃO:

PALAVRAS PINTADAS Editora e Gráfica Ltda.
(6.500 exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores.



Congresso aprova aumentos de até 60%	2	A maior campanha salarial do mundo	20
Presidente Lula sanciona projetos na íntegra	3	Juiz julga militar acusado de comandar totrura	21
O que mudou no funcionalismo público	4, 5 e 6	As tentativas de destruir a Petrobrás	22 e 23
Ação internacional contra desconto previdenciário de aposentados	7	Raça dura de matar	24
Oficiais de Justiça em debate	8	Democratizar a mídia é avançar na democracia	25
6º Congrejufe debaterá futuro da categoria	8	Beth Carvalho, uma guerreira	26, 27 e 28
TCU determina devolução de requisitados	9	Ganhos e perdas das eleições	29
A caixa preta da mídia brasileira	10	Crianças do candomblé discriminadas na escola	30
O Verdadeiro espírito do Natal	11	Desmatamento da Amazônia diminui	31
Portadores de câncer sem isenção de IR	12	Equador: mais um presidente de esquerda	32
O besteiro da eleição	13	Povo da Venezuela reelege Chávez	32
O racismo acabou no Brasil?	14	Ortega é eleito presidente da Nicarágua	33
Movimentos sociais lutam por Brasil melhor	15	Guerra em Oaxaca: a morte de Brad Will	34
Violências invisíveis	16	Obrador se auto-proclama presidente do país	34
O grito dos necessitados	17	Notícias de Israel	35
Angola	18 e 19	Fausto Wolf	36

Pressão da categoria faz Congresso aprovar aumentos de até 60%

O plenário do Congresso Nacional aprovou, por unanimidade, os PLNs 11/06 e 12/06, que alteram o orçamento da União e liberam crédito suplementar, respectivamente, para a implementação das primeiras parcelas dos PCSs do Judiciário Federal e do MPU. Vários deputados e senadores se manifestaram favoráveis aos servidores, considerando a importância da valorização da carreira do Judiciário e do MPU.

Servidores de vários Estados, inclusive o diretor Valter Nogueira, do SISEJUFERJ e representantes do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e Distrito Federal acompanharam a sessão do Congresso, ocupando todo o espaço da galeria do plenário do Senado. Durante todo o dia da votação, em 28 de novembro, os representantes da Federação e das delegações dos sindicatos fizeram trabalho de corpo a corpo com os parlamentares, para convencê-los a aprovarem os PLNs. Com a aprovação, os PCSs do Judiciário e do MPU foram encaminhados à Presidência da República para serem sancionados e, em seguida, implementados.

Os PLNs 11/06 e 12/06 foram aprovados sobretudo em função da mobilização da categoria.

A FENAJUFE e o SISEJUFERJ consideraram essa conquista como mais uma vitória da categoria, que desde o início da tramitação dos projetos

Fenajufe esclarece informações publicadas na imprensa sobre os PCSs

Em função das matérias publicadas em vários jornais de grande circulação no país a respeito dos projetos que reestruturam os PCSs do Judiciário Federal e do MPU, a Fenajufe esclarece que até o momento não há qualquer informação oficial por parte do STF e do governo sobre a possibilidade de haver veto em alguns pontos dos novos planos. A Fenajufe continua atuando no STF e no Legislativo para garantir o envio imediato dos PCSs à sanção presidencial.

Dos vários contatos feitos até agora, nenhum confirmou as informações divulgadas na grande imprensa. A diretoria da Federação também ressalta que continuará trabalhando para garantir que os projetos de reestruturação dos PCSs sejam sancionados com a mesma redação aprovada na Câmara e no Senado.

de revisão dos PCS não mediu esforço para terem suas reivindicações atendidas. A estratégia traçada pela Federação e seus sindicatos aliados se mostrou coerente e eficaz, pressionando na hora e no local certos para que ocorressem as votações, sem cair nas provocações de extremistas que não acreditavam no projeto ou entrar no desespero da boataria. Informações válidas, só

com o sindicato ou com a Federação. Não acredite em boatos ou na mídia marrom.

Os PLNs 11/06 e 12/06 foram aprovados sobretudo em função da mobilização da categoria. A vitória, portanto, é de todos os servidores do Judiciário Federal, que em nenhum só momento esmoreceram na luta pela aprovação. Foi a vitória da luta, do piquete, da mobilização, da greve ■

Presidente Lula sanciona projetos na íntegra

Os projetos de lei PLN 11 e PLN 12 foram sancionados pelo presidente Lula na íntegra no dia 1º de dezembro. A medida autoriza e libera os recursos necessários à implementação do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário Federal. Na portaria, publicada no Diário Oficial da União do dia 4, é informado o montante destinado ao Judiciário para a aplicação do plano, que é de R\$ 582,8 milhões, com pagamento retroativo a junho. Enviados à sanção no dia seguinte à aprovação no dia 28 de novembro pelo Congresso, os servidores continuaram vivendo um impasse acerca dos dois PLNs, pois, além de aguardarem a sanção presidencial, havia o temor, com base em informações publicadas pela imprensa durante toda a semana, de que poderia haver vetos a dispositivos do projeto pelo Executivo, o que felizmente não se confirmou.

REPRODUÇÃO



Agora, os diretores do sindicato vão para Brasília acompanhar a sanção do PL 5845/06 (PLC97/2006), que é o projeto principal do PCS, que já foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República.

Confira a íntegra do texto da sanção:

Conversão dos PLNS 11 e 12 em LEI Nº 11.376, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2006. - Presidência da República - Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 1.770.296.027,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei no 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 1.770.296.027,00 (um bilhão, setecentos e setenta milhões, duzentos e noventa e seis mil, vinte e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar os recursos de que trata esta Lei, inclusive entre Poderes e o Ministério Público da União, desde que para atender a despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA/Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4.12.2006.

Entenda o que mudou para

Daniela Farulla *

A Previdência Social dos servidores públicos passou a ter delineamento mais detalhado com as alterações introduzidas na Constituição Federal pela Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998 e pela Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003. Vale destacar como principais alterações introduzidas pela EC 41/03 foram a instituição da contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos - o STF declarou que esta cobrança constitucional; a impossibilidade de invocar direito adquirido perante emenda no Artigo 9º; a modificação da fixação do teto retributivo, que passou a ser unificado em âmbito federal, ou seja o valor máximo percebível a título de subsídio é o valor recebido pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, Artigo 37XI da CF. Já em âmbito estadual é tripartido e em âmbito municipal é bipartido.

A lei disciplinadora da contribuição dos servidores públicos para o custeio do regime previdenciário em âmbito federal, inicialmente foi a Lei 9.783, de 28 de janeiro de 1999. Essa lei foi revogada por outra, 10.887, de 18 de junho de 2004, que regulando idêntica matéria, adaptou a legislação infraconstitucional às novas normas introduzidas pela emenda 41/2003, mantendo, contudo, algumas disposições da lei revogada.

A contribuição previdenciária do servidor incide sobre todos os seus ganhos, neles incluídas as vantagens pecuniárias permanentes, os adicionais de caráter individual e outras vantagens de caráter remuneratório. A lei vigente, porém, excluiu da base de incidência: as diárias para viagens; a ajuda de custo por mudança de sede; a indenização de transporte; o salário-família; o auxílio-alimen-

tação; o auxílio-creche; as parcelas pagas em razão do local de trabalho; a parcela recebida pelo exercício de cargo em comissão ou de função de confiança; o abono de permanência.

No que se refere aos servidores inativos, a emenda 41 trouxe algumas alterações no sistema, na parte que diz respeito à contribuição dos inativos e pensionistas. O constituinte deixou claro que as contribuições previdenciárias devem ser efetuadas pela pessoa federativa, pelos servidores ativos, pelos inativos e pelos pensionistas, sempre visando a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de previdência.

No caso dos aposentados e pensionistas que já estavam em gozo de seus benefícios à época da promulgação da EC 41, a contribuição será de 11% sobre a parcela dos proventos e pensões que exceder a 60% do limite máximo estabelecido para os benefícios previdenciários.

Regulamentando a inovação constitucional, a Lei 10.887/04 fixou em 11% a contribuição dos aposentados e pensionistas de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, considerando-se como base de incidência o valor dos proventos e pensões que superem o limite máximo definido para os benefícios do regime geral da Previdência Social.

No caso dos aposentados e pensionistas que já estavam em gozo de seus benefícios à época da promulgação da EC 41, a contribuição será de 11% sobre a parcela dos proventos e pensões que exceder a 60% do limite máximo estabelecido para os benefícios previdenciários. Vale destacar que a EC 47, de 5 de julho de 2000, criou uma exceção em relação ao servi-

dor que, na forma da lei, seja portador de doença incapacitante. Nessa hipótese, a contribuição incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e pensão que superem o dobro do limite máximo fixado para os benefícios do regime geral de Previdência, previsto no Artigo 201, da Constituição. Por conseguinte, será mais elevada a faixa remuneratória isenta de contribuição.

Alguns questionamentos que irão surgir com a reforma da previdência:

1 – Como fica a situação dos servidores que já estão aposentados, recebendo pensão ou que, em 31 de dezembro de 2003, já tinham tempo suficiente para requerer o benefício proporcional ou integral? Estão protegidos pelo direito adquirido?

Sim, as três situações estão protegidas pelo direito adquirido em relação à paridade. Entretanto, os atuais aposentados e pensionistas irão pagar contribuição e, no caso dos aposentados que vierem a falecer na vigência das novas regras, haverá redutor na pensão de seus dependentes.

Os servidores que, em 31 de dezembro de 2003, já haviam preenchido os requisitos para requerer aposentadoria proporcional e ainda não o fizeram, não precisam correr para se aposentar. Isto porque poderão fazê-lo a qualquer tempo, sendo-lhes assegurados as regras de concessão e de correção dos benefícios anteriores. Enquanto não resolverem requerer o benefício, ficarão isentos da contribuição para a Previdência. Só na hipótese de morte e, ainda assim após estar aposentado, é que haverá o redutor na pensão. Se falecer antes de se aposentar, a pensão será integral.

2 – Quem tem direito à integralidade?

Todos os servidores que, até 31 de

o funcionalismo público

dezembro de 2003, preencheram os requisitos exigidos na Emenda Constitucional 20 ou vierem a preencher as exigências das novas Emendas Constitucionais 41, de 2003 e 47, de 2005 (PEC Paralela).

- Os requisitos da Emenda Constitucional 20 são os seguintes: 53 anos de idade, 35 anos de contribuição mais pedágio (20%), e cinco anos no cargo, se homem; 48 anos de idade, 30 anos de contribuição e cinco no cargo, se mulher; e pedágio de 20% sobre o tempo que faltava para completar o tempo de contribuição em 16 de dezembro de 1998.

- Os requisitos da emenda 41 são os seguintes: 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, 10 anos na carreira e cinco no cargo, se homem, ou 55 anos de idade, 30 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, dez na carreira e cinco no cargo, se mulher.

- A emenda 47 garante a integralidade aos servidores beneficiados pela regra de transição, que corresponde à adoção da fórmula 95 (soma da idade com o tempo de contribuição), para homens, e da fórmula 85 para as mulheres. Para cada ano de contribuição que o servidor acumular além do exigido (35 anos para homem e 30 para mulher) poderá abater ou reduzir um na idade mínima (60 anos para homem e 50 anos para mulher).

3 – Como ficam as aposentadorias proporcionais?

A aposentadoria proporcional, desde 31 de dezembro de 2003, data da promulgação da E.C 41, portanto, ficou limitada a três situações: aposentadoria compulsória aos 70 anos; aposentadoria por idade, respectivamente aos 65 ou 60 anos, homem ou mulher; e aposentadoria com redutor de 5% por ano em relação à nova idade mínima (60 anos homem e 55 anos mulher), que será devida ao ser-

vidor com mais de 53 anos de idade, se homem, ou 48 anos, se mulher, 35 anos de contribuição ou 30 anos, acrescido de pedágio de 20% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998, se do sexo masculino ou feminino, e cinco de efetivo exercício no cargo.

A emenda 47 garante a integralidade aos servidores beneficiados pela regra de transição, que corresponde à adoção da fórmula 95 (soma da idade com o tempo de contribuição), para homens, e da fórmula 85 para as mulheres

4 – Como fica a paridade?

Com a promulgação da PEC Paralela, todos os servidores que se aposentarem integralmente, seja pelas exigências da E.C 41/03 (60 anos de idade, 35 de contribuição, 20 anos de serviço público para homem e 55 de idade, 30 de contribuição e 20 de serviço público para mulher), seja pelas regras de transição, terá direito à paridade plena. A regra de transição da E.C 47 (PEC Paralela) possibilita a paridade plena a todos os servidores que ingressaram no serviço público até sua promulgação (5 de julho de 2005), em duas hipóteses:

l) Quando, cumulativamente, atenderem às exigências da E.C 41/03: a) 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos, se mulher, b) 20 anos de efetivo exercício no serviço público, c) dez anos de carreira e cinco no cargo, e d) idade mínima respectivamente de 60 anos, homem, e 55, mulher. Os requisitos de idade e tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos quando o servidor for professor do ensino médio, fundamental e infantil.

II) Quando, nos termos da E.C 47/05,

com menos de 60 anos de idade, se homem, ou menos de 55, se mulher, cumprirem, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) mais de 35 anos de contribuição, se homem, e mais de 30 anos de contribuição, se mulher, b) 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 na carreira e cinco no cargo. Neste caso, cada ano que exceder no tempo de contribuição, o servidor poderá reduzir um ano na idade mínima.

5 – Como ficarão os reajustes das aposentadorias e pensões dos servidores que estarão sujeitos às novas regras?

Com a promulgação da E.C 47/05 (PEC Paralela) há duas hipóteses em que os futuros aposentados e pensionistas terão direito à paridade plena com os servidores em atividade. A primeira hipótese aplica-se ao servidor homem que, tendo ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, completar 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, dez na carreira e cinco no cargo ou à mulher que tiver 55 anos de idade, 30 de contribuição, 20 na carreira e cinco no cargo. Os requisitos de idade e tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos quando o servidor for professor do ensino médio, fundamental e infantil.

A segunda hipótese aplica-se aos servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, comprovarem: a) mais 35 anos de contribuição, se homem, e mais de 30 anos, se mulher, b) 25 anos de efetivo exercício no serviço público, e c) idade mínima inferior a 60 anos, no caso de homem, e 55, no caso da mulher, compensando o tempo de contribuição a mais com a idade mínima, na razão de um por um. Ou seja, para cada ano que ultrapassar no tempo de contribuição, reduz um na idade mínima. A este servidor aplica-se a regra de

transição, que permite a troca do tempo de serviço que exceda aos 35, no caso de homem, ou 30, no caso de mulher, por redução na idade mínima.

Serão, portanto, calculado pela média os proventos dos servidores que anteciparem sua aposentadoria, com redutor; se aposentarem proporcionalmente por idade ou compulsoriamente e os que não tenham como comprovar os 20 ou 25 anos de serviço público.

6 – Como será o cálculo das aposentadorias dos atuais servidores sujeitos às novas regras?

Há, segundo as regras das emendas 41/03 e 47/05, duas situações, uma com base na última remuneração, ou de paridade plena, e outra com base na média de contribuições. Terá seu provento em valor igual à última remuneração, o servidor que trabalhar até completar os requisitos do Artigo 6º da Emenda Constitucional 41/03 (homem: 60 anos de idade, 35 de contribuição, 20 de serviço público, dez na carreira e cinco no cargo ou mulher: 55 anos de idade, 30 de contribuição, 20 no serviço público, dez na carreira e cinco no cargo) ou preencher os requisitos da regra de transição, Artigo 3º da E.C 47/05 (25 anos de serviço público, 60 ou 55 de idade, homem ou mulher, 35 ou 30 de contribuição, do sexo masculino ou feminino) podendo compensar o tempo de contribuição excedente na idade mínima, terá direito à integralidade e à paridade, sendo-lhe estendido todos os ganhos dos servidores ativos, inclusive os decorrentes de transformação e reclassificação.

Serão, portanto, calculados pela média os proventos dos servidores que anteciparem sua aposentadoria, com redutor; se aposentarem proporcionalmente por idade ou compulsoriamente e os que não tenham como comprovar os 20 ou 25 anos de serviço público.

7 – Como fica a regra de transição?

De acordo com a EC 41/2003, a regra de transição, que só se aplica aos servi-

dores que ingressaram no serviço público antes da Emenda 20 (15 de dezembro de 1998), é muito tímida e profundamente injusta para com o atual servidor. Ela permite que o funcionário público - que vier a completar 53 anos de idade, se homem e 48, se mulher - desde que tenha 35 anos de contribuição no primeiro caso e 30 no segundo, além do pedágio e cinco no cargo, possa requerer aposentadoria, mas institui um redutor.

Para quem atingir o requisito da idade entre 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2005, o redutor sobre cada ano antecipado em relação à nova idade (60 anos para homem e 55 para mulher) será de 3,5% por ano antecipado. Já para quem completar a idade da regra de transição somente a partir de janeiro de 2006, o redutor será de 5% em relação a cada ano antecipado.

A E.C 47/05 (PEC Paralela) estabelece que para cada ano que exceder ao tempo mínimo de contribuição (30 anos mulher e 35 anos, homem), o servidor terá direito a reduzir um ano na idade mínima (60 anos homem e 55, mulher) para feito de integralidade e paridade plena, desde que conte pelo menos com 25 anos de serviço público. Assim, sem prejuízo da opção pela aposentadoria antecipada, com redutor - a partir da idade 48 anos para mulher e de 53 para homem - o servidor poderá alcançar a paridade e integralidade plena antes dos 60 ou 55 anos de idade.

8 – E a contribuição de inativo, como fica?

De acordo com a EC 41/03, os atuais aposentados e pensionistas, bem como aqueles servidores que já completaram ou vierem a preencher todos os requisitos para requerer aposentadoria proporcional ou integral, pagarão contribuição previdenciária na parcela do provento que exceda ao teto do INSS, atualmente fixado em R\$ 2.668,15. Com a E.C 47/05 (PEC Paralela), o aposentado ou pensionista que for portador de doença incapacitante, definida em lei, contribuirá somente sobre a parcela que exceda a duas vezes o teto do INSS. Ou seja, só contribuirá na parcela excedente a R\$ 5.336,30 ■

9 – Como ficará a pensão?

A pensão dos dependentes dos atuais aposentados, quando eles vierem a falecer, será integral até R\$ 2.668,15 (o novo teto do INSS), acrescida de 70% do restante do provento. Ou seja, haverá um redutor de 30% sobre a parcela do provento que exceder ao valor de R\$ 2.668,15. Para os atuais servidores com direito adquirido à aposentadoria, que vierem a falecer antes de requerer o benefício, seus dependentes terão direito à pensão integral.

Já o atual servidor que venha a falecer antes de completar os requisitos para a aposentadoria deixará uma pensão integral até R\$ 2.668,15, acrescida de 70% da parcela da remuneração que exceda a esse valor.

A mudança de cargo, salvo melhor juízo, não deve prejudicar o servidor para efeito de aposentadoria, inclusive no que se refere à integralidade

10 – Como fica a situação de servidor que fizer novo concurso público?

A contagem do tempo de serviço público, segundo a Orientação Normativa da Secretaria de Previdência Social 03, de 17 de agosto de 2004, pode ser descontinuo. De acordo com o inciso VI, do Artigo 2º da Orientação Normativa, que define tempo de efetivo exercício no serviço público, determina que será contado como de efeito "o tempo de exercício de cargo, função ou emprego público, ainda que descontinuo, na administração direta, autárquica, ou fundacional de qualquer dos entes federativos".

Assim, a mudança de cargo, salvo melhor juízo, não deve prejudicar o servidor para efeito de aposentadoria, inclusive no que se refere à integralidade. Ele, portanto, não será submetido às novas regras, devendo apenas cumprir as exigências no novo cargo, que são de dez anos na carreira e cinco anos no cargo.

(*) Advogada do SISEJUFÉ-RJ

Ação internacional contra o desconto previdenciário de aposentados

Os servidores aposentados da Justiça Federal estão mobilizados para mais uma batalha jurídica. O objetivo é fazer a Ação de Denúncia Mosap (P644-05), protocolada em novembro de 2005 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ter um trâmite mais ágil. O processo se refere desconto previdenciário de 11% dos aposentados e pensionistas do serviço público, implantado após a Reforma da Previdência e a decisão do STF. De acordo com o advogado Luís Antonio Costa Medeiros, responsável pela ação, o processo está com o secretário-executivo adjunto da Comissão.

Medeiros solicitou a remessa da ação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, assim como a concessão de uma medida provisória para agilizar o andamento. A providência será fundamentada na faixa etária dos interessados, na quantidade de óbitos ocorridos durante o curso da ação e da comprovada incidência de moléstias que poderão vitimar, em curto espaço de tempo, outros que nela figuram.

– Daí a urgência e a relevância para se pleitear um tratamento diferenciado - explica o advogado.

As explicações foram dadas pelo advogado às dirigentes sindicais Vera Lúcia Pinheiros, diretora da FENAJUFE, a Eleite Maia, da direção Sinje-CE, durante O I Encontro Nacional da FENAJUFE sobre Assuntos de Aposentadoria, realizado no começo de novembro.

Luís Antonio Costa Medeiros afirmou para as sindicalistas que está convencido que o desconto

previdenciário para aposentados é uma violação aos direitos adquiridos, direitos essenciais e, em cascata, ofende os direitos humanos e, portanto, universais.

Indagado sobre o funcionamento do sistema interamericano, ele esclareceu que é composto de dois órgãos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington, e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em São José da Costa Rica. A Comissão estuda, apura, investiga, verifica se houve esgotamento dos recursos previstos no direito interno e se manifesta sobre admissibilidade. Equivale ao nosso Ministério Público. A Corte tem função judiciária.

O prazo para ingressar com a ação na Comissão era de seis meses da decisão do STF. E isso foi feito em tempo hábil. Hoje, as entidades e as pessoas não podem entrar com novas ações, mas aderir à já existente. Costa ressaltou que, além das interven-

ções escritas, tem feito, paralelamente, um trabalho diplomático, visando acautelar nossos direitos. Sobre a eficácia de uma decisão internacional, sem ferir o direito interno, ele explicou que, ao firmar um acordo ou tratado, o país hipoteca parte de sua soberania. Não pode deixar de cumprí-los, alegando norma interna.

A Convenção de Viena determina que um acordo ou tratado tem que cumprir trâmites legislativos. O Brasil é signatário desses instrumentos internacionais, em relação aos direitos humanos, e, por isso não haverá ofensa à soberania. Quanto à expectativa de tempo para uma decisão definitiva, informou que deve ser menor que em nosso direito interno. ■

Encontro discute efeitos de uma reforma da Previdência

A FENAJUFE realizou em 11 de novembro o I Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria. O evento serviu para discutir temas como a possível Reforma da Previdência e outras que poderão ser promovidas pelo governo federal, tais com a Sindical e a Trabalhista. Para a diretora e coordenadora do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do SISEJUFE-RJ, Lucilene Lima, o encontro foi indispensável para reunir e debater com os servidores ativos, aposentados e pensionistas dos Sindicatos de Base, os reflexos que possíveis mudanças dessa natureza poderão trazer para a vida de cada um. Os aposentados César de Souza Barros e Francisco Costa de Souza também representaram o SISEJUFE-RJ, no encontro promovido pela Federação.

Oficiais de justiça debatem PCS, saúde do trabalhador e aposentadoria especial

O oficiais de justiça de vários estados se reuniram, em 7 de outubro, no IV Encontro Nacional do Coletivo dos Oficiais de Justiça da Fenajufe (Cojaf), na sede da Federação, em Brasília. Mais de 30 pessoas participaram do encontro para debater questões e preocupações específicas do setor, como o combate ao desvio de função, falta de cumprimento das resoluções do CSJT em relação à indenização de transporte, execução fiscal administrativa, justiça virtual, assédio moral e segurança no trabalho. A implementação do PCS também foi um dos itens abordados no encontro

e o coordenador-geral da Fenajufe, Roberto Policarpo, explicou o andamento do projeto, a tramitação do PLN 11/06, de crédito suplementar, e a necessidade de sua aprovação para que o seja encaminhado à sanção.

Foram apresentados os projetos de lei de interesses dos oficiais de justiça e dúvidas foram tiradas. Entre os PLs, se destacam os seguintes: PL 5.415/05, que altera a redação do inciso VII, do artigo 6º da Lei 10.826/03, autorizando o porte de arma para os oficiais de justiça; PLs 6.970/06 e 6.971/06, que dispõem, respectivamente, sobre a isenção de paga-

mento de pedágio para os veículos automotores de propriedade particular dos oficiais de justiça em diligência e altera a Lei 9.503/97 para garantir livre estacionamento e parada aos veículos de oficiais de justiça em diligência.

Outro tema abordado foi a saúde do oficial de justiça. A diretora da Fenajufe, Vera Lúcia Pinheiro, também expôs sobre aposentadoria especial. Como o IV Encontro do Cojaf não teve caráter deliberativo, todas as sugestões apresentadas foram encaminhadas, por consenso, à diretoria executiva da Fenajufe ■

6º Congrejufe debaterá futuro da categoria

O ano de 2007 será de grandes desafios para os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público Federal (MPU). O maior deles, talvez seja, discutir o resgate dos direitos retirados do funcionalismo público. E o momento propício para isso ocorrer será durante o 6º VI Congresso Nacional da FENAJUFE (Congrejufe) em Gramado, Rio Grande do Sul, de 28 de março a 1º de abril de 2007. É o principal evento da categoria, que aconte-

ce a cada três anos e reúne servidores de todo o país.

O congresso tem por objetivo analisar e debater a conjuntura nacional e internacional, avaliar a atual gestão da Federação e traçar novos rumos para a luta dos servidores do Judiciário Federal e do MPU. Além disso, o estatuto da entidade será revisto e uma nova diretoria executiva da FENAJUFE será escolhida, assim como, um novo Conselho Fiscal para a gestão 2007/2010.

A expectativa da diretoria da Federação é que esse seja o congresso mais representativo dos últimos tempos, uma vez que novos sindicatos se filiaram ou regularizaram a situação financeira. Também é importante destacar o aumento do número de servidores sindicalizados, como resultado das campanhas de filiação dos sindicatos de base e das mobilizações pela aprovação dos Planos de Cargos e Salários (PCS) do Judiciário e do MPU ■



REPRODUÇÃO

TCU determina devolução de requisitados da Justiça Eleitoral. No Rio, chefes de cartório são exonerados



Duas grandes vitórias, da ética e da legalidade, aconteceram no Rio e na Paraíba. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio exonerou todos os chefes de cartórios requisitados, cumprindo determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), após a direção do SISEJUFERJ denunciar o descumprimento da Lei 10.842/04 e da Resolução do TSE 21.823/04. Já o presidente do TRE da Paraíba, desembargador Luiz Sílvio Ramalho Júnior, determinou, em 27 de outubro, que os servidores requisitados pelo TRE retornassem aos seus órgãos de origem.

O comunicado do presidente do TRE da Paraíba foi feito na sala de sessões da Corte Eleitoral com a presença de dezenas de servidores e atende a um expediente encaminhado pelo (TCU). A decisão foi tomada na sessão de 14 de outubro, mas somente no dia 26, o TRE/PB recebeu o acórdão. O presidente do TRE/PB ressaltou que a determinação será cumprida em atendimento aos dispositivos constitucio-

nais: o servidor requisitado pode trabalhar na instituição somente por um ano, de acordo com a legislação.

Já o SISEJUFERJ protocolou a denúncia em 25 de maio de 2006. A medida foi adotada para preservar o princípio da legalidade no âmbito do TRE/RJ, pelo fato de o tribunal não estar cumprindo a obrigação de preencher todas as comissões de chefes de cartório com servidores do seu quadro de pessoal. No andamento do processo no TCU, todos os tribunais eleitorais foram obrigados a repassar informações sobre a existência de requisitados na chefia de cartório.

O presidente do TRE da Paraíba agradeceu o trabalho realizado "com muita dedicação, competência e eficiência" pelos requisitados durante o tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral daquele estado. De acordo com o diretor geral do tribunal, Anésio Moreno, o TCU havia expressado essa determinação desde a gestão do desembargador Júlio Aurélio

Coutinho, sendo que vários servidores recorreram e conseguiram se manter no TRE-PB, por força de liminar. O TCU julgou os méritos dos recursos e as liminares perderam efeito, mas nessa gestão, voltou a exigir a devolução dos servidores. Segundo o presidente, todas as providências foram tomadas para evitar esse desfecho. A presidência solicitou a permissão para realizar uma devolução escalonada nos meses de agosto, setembro e outubro.

Por ocasião do referendo, o TRE enviou outro plano de devolução para o final de outubro, novembro e dezembro. O TCU não aceitou a solicitação e determinou o retorno imediato dos requisitados. De acordo com o secretário de Recursos Humanos, Vicente Eduardo Maia, 113 servidores estão à disposição do TRE-PB há mais de um ano: esses serão devolvidos imediatamente. Os demais ficam no tribunal até completar 12 meses de serviços, conforme a Lei 6.999/82. O Sisejufe-RJ agora ingressará com ação similar à do sindicato da Paraíba. ■

A caixa preta da mídia brasileira



Flávio Prieto (*)

A grande mídia possui, no Brasil, um poder praticamente ilimitado e livre de qualquer controle – um poder quase imperial. A mesma mídia que preconiza que cada um dos poderes republicanos deve ser controlado pelos demais e, às vezes, por órgãos mistos, formados por membros dos demais poderes e da sociedade empresarial e civil, se coloca acima de qualquer controle.

Sem levar em conta que os diversos canais de mídia são, de fato, concessões do poder público, dada a importância e responsabilidade pública que o seu exercício pressupõe, empresas e conglomerados de comunicação se rebelam e fazem campanha contra qualquer regulamentação efetiva do exercício dessas concessões. Ou seja: o que elas pretendem e almejam, na realidade, é a existência e a perpetuação da condição de “poder absoluto” e inquestionável. Falam até em autocontrole da mídia, o que sabemos não funcionar, na prática. Seria, para usar uma analogia conhecida, como se ter uma raposa toman-

do conta de si mesma para não atacar as galinhas e seus ovos ...

O mau-uso da liberdade de imprensa no Brasil se evidencia quando temos empresas editoriais e jornalísticas fazendo campanhas praticamente declaradas, contra ou a favor deste ou daquele candidato e contra ou a favor de determinados governos, segundo seus próprios interesses e conveniências. A grande mídia não é um ente fora da sociedade e do mundo: são empresas capitalistas que possuem fortes vínculos com interesses específicos bem determinados.

Nos discursos contra qualquer regulação mais efetiva e ampla da mídia, figura uma aparente pré-condição acima de qualquer questionamento ético. Surge também a defesa implícita de que a liberdade de imprensa é um “bem supremo”, maior até que as liberdades individuais e coletivas gerais. Sempre que se questiona a lisura e idoneidade da mídia (ou sua ausência), ela se inflama em invectivas contra todo tipo de controle, condenando um suposto “autoritarismo latente” e perigos à democracia.

Além do sigilo de fonte garantido constitucionalmente, os meios de co-

municação em geral contam com a possibilidade de fazer afirmações em tempos pretéritos (seria, teria sido, teria dito, etc.), e de construir vínculos entre imagens, discursos e personagens, sem que em qualquer momento tenham que responder pela veracidade ou não do que estão tentando veicular de fato.

A missão principal de informar já foi, há muito, substituída pela de formar e induzir. Somos induzidos por manchetes garrafais que, em muitos casos, apresentam acentuado grau de tendenciosidade e imprecisão, e também pela repetição deliberada de determinadas palavras-chave: caos, desastre, corrupção, denúncia, culpa, ineficiência ... (muito utilizadas, por sinal, nos períodos que precederam os diversos golpes de estado que tivemos). É necessário que façamos no Brasil o que já foi feito com excepcional competência por Noam Chomski nos Estados Unidos: abrir a caixa-preta da mídia brasileira de massa e determinar seu verdadeiro escopo, suas reais conexões e seu conteúdo subjacente. ■

(*) Diretor do SISEJUFÉ-RJ.

O verdadeiro espírito do Natal

REPRODUÇÃO



Márcio de Souza Marques (*)

O Natal está chegando. É uma época de festas, troca de presentes e ceias com comidas especiais. Nas ruas, nos lares, no comércio e em nossos tribunais, as comemorações são abrilhantadas com lindos adornos em puro clima de festa. O Natal envolve todo mundo. É universal e caloroso. É a crença em um novo tempo, e incontáveis promessas surgem sob a forma de esperança por um mundo melhor. Os que se sentem com o poder de perdoar, perdoam, contudo é prudente lembrar que o evento advém de uma história, do objetivo magnânimo e divino de aperfeiçoamento do homem.

Ao contrário do que se pensa, Jesus nasceu onde a situação não era fácil, num cenário que nada difere do nosso. Engano imaginar que o glamour, a paz e a fartura se faziam presentes naquela época. Era uma realidade de guerras, fome, pobreza, epidemias, perseguições religiosas e formas diferentes de exclusões. Segundo a Bíblia (Lucas 2.6, 7), Cristo, logo que nasceu foi envolvido em panos, colocado numa manjedoura, porque não havia lugar na hospedaria para ele e seus pais.

Jesus nasceu neste contexto, e veio ao mundo como qualquer criança carente de seio materno e dependente da proteção de seus pais. Precisou do complexo social para crescer e se desenvolver, tentando livrar-se das tentações e limitações, enfim, gente como nós. Na visão dos cristãos sobre o texto de Lucas, Deus elaborou um plano grandioso cujo objetivo era salvar a humanidade. E a interpretação está correta. Para salvá-la, o seu filho tinha que possuir as fragilidades do homem, assim, poderia mensurar, sentindo na pró-

pria carne, os desafios criados pelos seus semelhantes. A salvação destes só seria concretizada se o Salvador também fosse homem.

Nosso trabalho é a fonte material de que precisamos para viver no mundo contemporâneo. Precisamos da moeda para sobreviver, criar a prole, aperfeiçoar o intelecto, ter lazer. No ambiente de trabalho passamos a maior parte do tempo com colegas, que, como nós, também carecem do emprego. Talvez a dependência natural da labuta faça com que na época do Natal seja, não só o momento de trocas de presentes e fartas refeições, mas a oportunidade para uma reflexão de cunho profundo.

Quem sabe todos nós, servidores ou magistrados, sem ou com especialidade, sem ou com chefia, não devíamos "dar um tempo no materialismo", raciocinando no campo da espiritualidade, substituindo momentaneamente a racionalidade pelo agir do coração? Quem sabe as chefias, imperfeitas como qualquer um, se conhecedoras dos desafios atravessados e vencidos pelo filho de Deus, não se sensibilizem quanto à forma de tratarem seus subordinados, assumindo as lições da humildade, da solidariedade, paciência, enfim da harmonia no convívio entre humanos imperfeitos? Quem sabe a luz do Natal consiga minimizar os que ainda pensam ser Deus, fazendo-os ver que a missão é para quem verdadeiramente é Deus?

Este momento mágico do Natal deve ser observado pela ótica da filosofia, da bondade. É a grande oportunidade de inventariarmos nossa história, repassando na memória nossos desacertos e criando novos procedimentos. Este é o verdadeiro espírito do Natal ■

(*) Diretor do SISEJUFERJ

Portadores de câncer, em atividade, continuam sem isenção de IR

Danielle Corrêa Jorge (*)

Em março de 2006, escrevi sobre uma liminar inédita que obtive na 11ª Vara Federal do Rio. Decisão que me concedeu uma tutela antecipada sobre isenção de Imposto de Renda para portadores de câncer que trabalham durante o período de tratamento da doença, apesar da Lei 7.713/88 só contemplar os doentes graves que se aposentam ou que já se encontram aposentados, pensionistas ou reformados à época do diagnóstico. A liminar foi concedida pelo juiz federal Adriano Saldanha Gomes de Oliveira, que valendo de sua visão humanitária, não se curvou à forma literal da lei.

O juiz determinou: “Não aceito fundamentos argumentativos que alimentem o espírito tão comum de fazer da letra soberana da lei objeto de revelação oracular (...) A autora prova fatos que conduzem à conclusão liminar de que o não reconhecimento, em seu caso, partindo-se da premissa de que é portadora de doença tipificada na lei 7.713/88, neoplasia maligna, só pelo fato de estar em atividade, tem efeito de confisco, na medida em que a tributação atinge em cheio a sua subsistência, considerada a sua vultosa necessidade de manutenção da própria saúde”.

No entanto, é com profundo desapontamento, que informo que a sentença propalada pelo juiz federal Fábio César dos Santos Oliveira julgou improcedente o pedido e revogou a liminar concedida, sob o fundamento de que a pretensão não gozava de amparo legal e de que não era possível ao judiciário decidir. Com todo respeito à posição do magistrado, não posso deixar de consignar a minha opinião sobre tão delicado tema. Se certo é que não cabe ao Poder Judiciário legislar, certo é também que o princípio da dignidade da pessoa humana é fundamento do estado democrático de direito, devendo ser encarado como referencial hermenêutico que ilumina a interpretação de toda a normatividade jurídica, muitas vezes superando a literalidade dos textos legais.

A demanda em questão jamais objetivou o amparo legal. Eu esperava, assim como outros doentes ativos profissionalmente também esperavam ansiosamente, obter do Judiciário uma

decisão pautada no confronto proposto entre os princípios constitucionais lá abordados. Uma decisão ousada que pudesse ser o pontapé inicial para a reformulação desta lei discriminatória. Aplicar a Teoria da Ponderação de Interesses quando há um notado conflito entre princípios constitucionais não importa em atividade legislativa do poder Judiciário, mas tão-somente na utilização de uma importante ferramenta para a solução de colisões entre os vários princípios existentes na ordem jurídica.

Eu esperava, assim como outros doentes ativos profissionalmente também esperavam ansiosamente, obter do Judiciário uma decisão pautada no confronto proposto entre os princípios constitucionais lá abordados

O princípio da dignidade da pessoa humana compreende a preservação da igualdade, o impedimento à degradação e a garantia de um patamar material para a subsistência do ser humano. Assim, eu e todos aqueles que, apesar de doentes, podemos e queremos continuar nosso trabalho, realizar nossos projetos e gozar de uma vida digna apesar do câncer, enfatizamos a necessidade de um Judiciário mais criativo, comprometido com os valores éticos de uma sociedade plural e direcionado a alcançar a tão almejada justiça ■

(*) Oficial de Justiça da Justiça Federal



O Besteiro da Eleição

Desculpem-me os bons moços, mas eu me escangalhei de rir nas eleições presidenciais. Não faltaram besteiras do tamanho de um bonde para me fazer delirar de rir enquanto bebia a minha salinas. E não falo de erros de sintaxe ou concordância, esse ranço jesuíta que a elite tolamente teima em fazer passar como marca de nobreza: ainda estão com a cabeça nas caravelas e pensam que cultura e aprender latim e retórica. Falo das grandes bobagens políticas ditas e feitas durante a eleição. Foi de matar qualquer um de rir, mas do que um filme de Chaplin.

Começar por quem? Pela direita ou pela esquerda? Creio que a esquerda, até pelo número de candidatos, foi mais pródiga em suas besteiras. Para começar o candidato fofinho, senador Cristóvam Buarque, que devia receber o apodo de Samba de uma nota só. Era de se ter convulsões apopléticas as respostas da "grande plataforma" do candidato. Quando lhe perguntavam, senador, qual a solução do problema da criminalidade? Ele respondia, educação. E para o problema da saúde? Educação. Para o problema da educação? Educação... Para o tráfico de drogas? Educação. Educação para o

senador era algo tipo remédio de camelô, panacéia, que cura impotência, dor de dente, ventre virado, espinguela caída...

Já a candidata a Margareth Thatcher da esquerda, a neo-moralista messiânica HH, não deixou por menos. Chegou ao fim da eleição com um bodum, com um mal cheiro insuportável, afinal, não deve ser fácil usar a mesma camisa o ano inteiro. Ou ela tem um guarda-roupa de revista em quadrinhos? E quando desandou a falar, mas parecia um pregador de uma seita pentecostal que uma candidata de alguma frente de esquerda. No meio da passeata gay ela deu entrevista se dizendo contra a união civil de pessoas do mesmo sexo... Só ela não notou a contradição.

Depois, apoiada por Hebe e por todos os simpatizantes do PP paulista, fez sua cruzada contra o aborto, chegando mesmo a negar o direito da mulher ao próprio corpo. Não era suficiente... Foi ao plenário do Senado e falou que não aprendeu socialismo em Marx ou Lenin, aprendeu na bíblia... E teologia, eu aprendo onde, em Das Kapital? Cara HH? Ameaçou os capitalistas com o fogo do inferno e

disse que ela estava no caminho da salvação... Se ela bebesse eu ia querer saber o nome desta cachaça, por que é das boas...

Já o minúsculo PCO foi o melhor do programa eleitoral. O Partido Coisa Operária, ou da Causa Operária... sei lá, algo assim, com seus 12 membros entre Direção e militância conseguiu a proeza de ter a candidatura cassada por não ter conseguido prestar contas ao TSE. Afinal, deve ser muito difícil fazer a contabilidade da "milionária" campanha, que era feita por uma Variant 71, um megafone e uns santinhos feitos no mimeógrafo. As doações da militância ascenderam a R\$ 250 e dois sacos de latinhas de alumínio... Mas, o mais hilário foi o depois da cassação... Todo dia entrava uma mensagem do tal partido dizendo que a burguesia tinha se juntado para evitar a propaganda eleitoral do partido que expressava a vontade do proletariado... Como, cara-pálida? Qual? Os 12 senhores que viajam na Variant? Realmente... Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, as forças armadas, a Abin, até a CIA devem estar curiosos em saber quem afinal são estes 12 senhores que não sabem fazer contas...

O racismo acabou no Brasil ?



*"Será que já raiou a liberdade, ou que foi tudo ilusão
Será que a lei áurea tão sonhada
Há tanto tempo assinada
Não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade,
Onde está a liberdade, onde está que ninguém viu
Moço não se esqueça que o negro / também produziu a riqueza do nosso Brasil
Pergunte ao criador, pergunte ao criador, quem pintou esta aquarela
Livre do açoite da senzala
Preso na miséria da favela".
GRES Estação Primeira de Mangueira, 1988*

Roberta Nistra (*)

Esse dia, 20 de Novembro – Dia da Consciência Negra - é importante não só para os negros, mas para todos os brasileiros. A sociedade em que vivemos é um resultado da forma como esse país foi colonizado. A cultura escravagista deixou suas sequelas e ecoa até os dias de hoje. Existem aqueles que afirmam que o racismo no Brasil não existe mais, ou é inexpressivo.

Pois bem, vamos aos dados: Quem diz é a coordenadora da área de Gênero e Raça da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Solange Sanches, ao divulgar levantamento da entidade, feito com base em dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Segundo a representante da OIT, as mulheres e homens negros têm salários menores, mesmo quando estudam mais que os brancos. A pesquisa mostra que a taxa de desemprego entre as mulheres negras passou de 10% em 1992 para 15,8%, em 2005, com crescimento 58%. Entre os homens negros, o desemprego subiu de 6,3% para 8,5% no mesmo período, o que representou um aumento de 33,9%. Já as taxas de desemprego para mulheres brancas cresceram 38,8%, (de 8,2% para 11,4%) e para os homens brancos, 25,8%. (de 5,2% para 6,5%).

O relatório mostra que a desigualdade também se expressa nos salários. A OIT se baseia no conceito de mediana dos rendimentos, o valor máximo pago à metade da população que está no mercado de trabalho. Os brancos ganhavam R\$ 485 em 1992 e R\$ 504 em 2005, enquanto os negros recebiam R\$ 266 e R\$ 308 no mesmo

período. A escravidão continua...

E foi o negro que ergueu a duríssimas penas, com sangue e suor, os pilares desse país. Nesse dia, o da consciência negra, devemos refletir sobretudo sobre nossa árvore genealógica, nossa ancestralidade, quem realmente somos. Que se estenda ao mês, e que no mês da consciência negra, possamos colocar os pés no chão, a respeito de nossas identidades, da cultura que abraçamos, que foi trazida pelos negros também, e foi miscigenada, assim como todos nós. que a desigualdade me todos os sentidos, se desfça, e que possamos todos caminhar para uma evolução intelectual e humana, e reconhecer a garra desse povo, que continua marginalizado, humilhado e injustiçado ■

(*) Musicista integrante do grupo Batifundo, pesquisadora e ativista cultural.

Movimentos Sociais intensificam a luta por um Brasil melhor

Chegamos a nossa V Plenária da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) com o ânimo revigorado pela presença de mais de 120 companheiros e companheiras, vindos de 14 estados do Brasil e representantes de 25 entidades nacionais e regionais. Comemoramos a vitória dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

A reeleição de Lula foi uma demonstração de consciência política de nosso povo, que não se deixou enganar pela velha elite privatista e neoliberal, nem se manipular pela tendenciosa mídia hegemônica. Vivemos um momento ímpar na história. Nunca tivemos um ambiente tão favorável para avançarmos na luta por um Brasil mais justo, soberano e solidário com desenvolvimento econômico e social.

Foi no segundo turno das eleições que ficou explicitada a disputa entre dois projetos antagônicos. O projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, democrático e po-

pular, uniu os movimentos sociais e setores progressistas que compreenderam a dimensão da luta política e tiveram papel decisivo na construção da vitória de Lula.

Devemos estar preparados para realizar grandes mobilizações, reforçar mais a unidade e garantir a autonomia dos movimentos sociais para fazer valer a vontade expressa nas urnas. Reafirmamos o Projeto Brasil, documento aprovado na IV Plenária Nacional da CMS, como plataforma máxima de reivindicações. Mas não podemos nos furtar de apontar os caminhos que levarão à construção do projeto de desenvolvimento nacional.

Vamos lutar pela soberania nacional baseada na ruptura com a lógica financeira ditada pelo capital especulativo, calcada nos juros altos e no elevado superávit primário. Vamos lutar pela integração latino-americana e saudar iniciativas de cooperação entre nossos países sem nunca desprezar a soberania dos povos irmãos. A campanha pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce serve como instrumento de conscientização e mobilização popular contra a política privatista que atenta contra os interesses nacionais.

Lutaremos por uma reforma política democrática, que respeite a pluralidade partidária banindo a cláusula de barreira. Queremos os partidos fortalecidos por meio da instituição da fidelidade partidária e do sistema de listas para a escolha dos candidatos. Mas também queremos ver aprofundados os mecanismos de participação popular como os plebiscitos, referendos, orçamento participativo além do fortalecimento

dos conselhos, assembleias e conferências.

Precisamos acabar com o criminoso monopólio da mídia que impõe a agenda da elite neoliberal derrotada nas eleições à imensa maioria do povo. É urgente a democratização dos meios de comunicação, ampliando a rede de rádios comunitárias e as concessões de canais de rádio e televisão com financiamento público para as entidades do movimento social, além da criação de canais públicos na televisão aberta.

Devemos estar preparados para realizar grandes mobilizações, reforçar mais a unidade e garantir a autonomia dos movimentos sociais para fazer valer a vontade expressa nas urnas.

Queremos uma política permanente de valorização do salário mínimo, rendimento base de milhões de brasileiros, instrumento maior da distribuição de renda. Sabemos que só com uma nova política econômica superaremos as amarras que nos impedem de ver efetivada a Reforma Agrária, a Reforma Urbana, a ampliação das políticas sociais com mais investimento em saúde e educação públicas. Para ver implementado esse projeto é fundamental que consolidemos a unidade dos movimentos sociais em torno de uma agenda de lutas que impulse as mudanças no Brasil. ■

Violências (in)visíveis

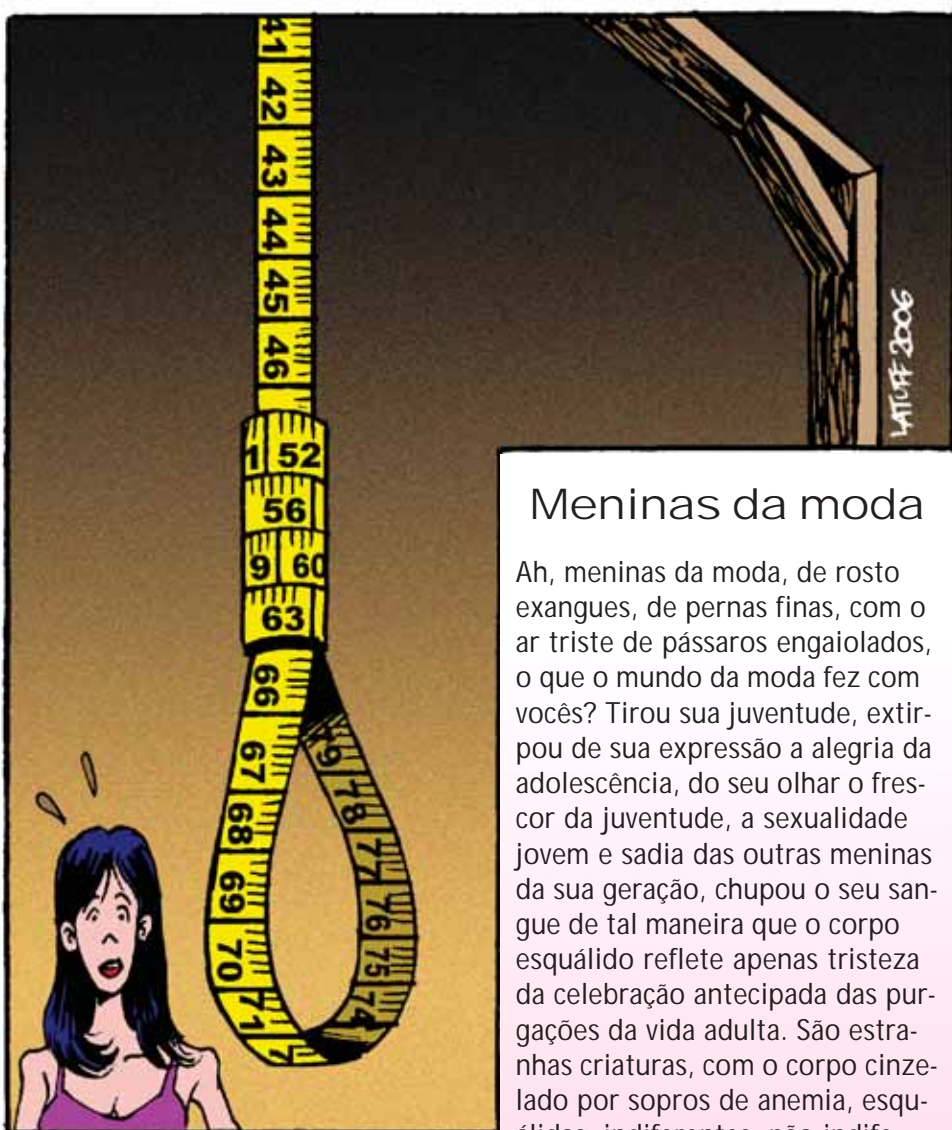
Márcia Bauer *

O dia 25 de novembro é o dia que marca a luta das mulheres pela não violência, é o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Apesar de estarmos no século XXI, frente a avanços tecnológicos, a ciência avançando a passos largos sobre a cura das doenças, descobertas infinitas do universo, as relações de poder e opressão ainda se perpetuam nas nossas vidas.

As mulheres são espancadas, estupradas e violentadas dentro de suas próprias casas, por seus familiares ou pessoas próximas, como mostram as estatísticas, mesmo sabedoras que a maioria delas não denuncia a violência sofrida por medo. E mesmo quando há denúncia, voltam atrás e retiram a queixa, dando continuidade ao ciclo de violência doméstica.

No Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é espancada, há cada outros 15 segundos uma mulher é impedida de sair de casa. E também a cada 15 segundos outra é forçada a ter relações sexuais contra sua vontade. A cada nove segundos outra é ofendida em sua conduta sexual ou por seu desempenho no trabalho doméstico ou remunerado. Os dados são de uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2000.

As violências são muitas, desde as mais sutis até as mais perversas. Por exemplo, a mulher precisa comprovar a sua competência profissional ou política, já para os homens o critério de competência parece estar implícito, não há uma cobrança da sociedade perante o gênero masculino. Assim como, existe a ditadura das medidas do corpo da mulher



Meninas da moda

Ah, meninas da moda, de rosto exangues, de pernas finas, com o ar triste de pássaros engaiolados, o que o mundo da moda fez com vocês? Tirou sua juventude, extirpou de sua expressão a alegria da adolescência, do seu olhar o frescor da juventude, a sexualidade jovem e sadia das outras meninas da sua geração, chupou o seu sangue de tal maneira que o corpo esquelético reflete apenas tristeza da celebração antecipada das purgações da vida adulta. São estranhas criaturas, com o corpo cinzelado por sopros de anemia, esqueléticas, indiferentes, não indiferentes, tristes mesmo, de uma tristeza extravagante, mais discreta que a dos jovens góticos que se estraçalham buscando diferenciações grotescas, mas igualmente tristes. Aqueles expõem suas chagas, castigam-se por pecados que nem identificam; estas expõem seus ossos como se, nesse mundo do espetáculo permanente, qualquer outra forma de expressão humana já tivesse sido suficientemente banalizada. Tristes meninas.

Enviada por Luis Nassif

que vai desde a fantasia das passarelas, dos concursos de beleza (que por incrível que pareça ainda sobrevivem), o clicar das máquinas e a telinha das redes de televisão fazem com que as meninas se sabotem, com dietas e fitas métricas que levam a doenças, como bulimia e anorexia, provocando a morte.

Lutemos contra todas as formas de opressão e de violência nas relações humanas. Sejamos felizes e iguais, respeitando as diferenças ■

(*) Assessora Política SISEJUFERJ

O grito dos necessitados



Sérgio Xavier Ferolla (*)

Os movimentos sociais têm desempenhado papel mais importante que o da maior parte das classes média e superior da sociedade. A democracia no Brasil passa por um natural processo de amadurecimento e, como uma planta tenra, necessita de cuidados especiais, de forma a crescer e consolidar as bases de sustentação, oferecendo saudáveis frutos a todos que se abrigam sob sua sombra. Por razões diversas, vivemos em um país de população econômica e culturalmente assimétrica, no qual milhões vivem abaixo do nível de pobreza e uma parcela muito pequena de cidadãos posicionados no mais elevado patamar de riqueza.

Nossos pobres e miseráveis sobrevivem sob o terrível espectro da fome, do desemprego e de um justificado sentimento de abandono pelas autoridades. São levados a exacerbar o grito dos excluídos contra os que consideram ser a causa de todos os males que os afligem. Assim nascem lideranças que buscam, a seu modo, interpretar e transmitir as pretensões do grupo, organizando e de-

finindo um rumo para o movimento dos insatisfeitos. É nesse contexto que falham as autoridades responsáveis pela ordem e pela paz, incapazes de pressentir e interpretar o lado justo das reivindicações, bem como coibir, nos limites da lei, os desvios de conduta. Que, em geral, também acontecem com os de cima. Como movimento popular de maior destaque na vida nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) muito se presta para uma análise pontual desse complexo quadro social, cuja origem pode ser sintetizada em dois fatores: 1) Na esperança de uma vida digna, integrantes das faixas mais pobres do interior migram para os grandes centros urbanos, nos quais se defrontam com um ambiente adverso que os leva, de vez, à periferia. 2) Paralelamente, a estrutura fundiária do país, com grandes áreas agrícolas improdutivas e sob o domínio de reduzido número de proprietários não vocacionados para os empreendimentos, maximiza mais a existência de homens do campo sem emprego e sem acesso à posse da terra.

Emerge desse caos a justa pretensão de unir os deserdados da terra e da soci-

idade para reconduzi-los a uma vida digna e com futuro, formando assentamentos e cooperativas de pequenos agricultores, tão importantes para a sociedade como são os pequenos empresários urbanos. Houvesse o governo federal, no princípio, entendido o significado estratégico da oportunidade que se oferecia e conduzido a bandeira, promovendo assentamentos em terras, com o suporte de agrônomos, administradores e financiamentos adequados para a organização de pequenas cooperativas, estaria nosso país comemorando o resultado benéfico de uma reforma agrária eficiente, com a convivência harmoniosa entre pequenos e grandes empresários do campo, cada qual atuando em seu modelo próprio de agricultura na dimensão das áreas exploradas e, o que é mais importante, se integrando em muitas atividades complementares. ■

(*) Tenente-brigadeiro do Ar reformado, ex-ministro do Superior Tribunal Militar. Foi comandante e diretor de estudos da Escola Superior de Guerra (1993-94) e chefe do Estado Maior da Aeronáutica (1995-96).

ANG

Depois de 14 anos de guerra de independência e mais 27 de conflitos internos, finalmente Angola está em paz. As esperanças renascem nos corações e nas mentes dos angolanos. Esses momentos foram registrados pelas lentes de dois fotógrafos e jornalistas brasileiros - Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá - que percorreram o país para mostrar uma face diferente dos africanos. O resultado pode ser visto na Exposição Fotográfica e no Livro Angola – A Esperança De Um Povo. Depois de passar por São Paulo e Brasília, a nova edição da exposição está no segundo andar do Centro Cultural Justiça Federal (Avenida Rio Branco 241, no Centro) até 10 de dezembro de 2006. São 60 fotos em preto e branco e coloridas presentes na exposição e 48 no livro. São imagens de esperança, de alegria e de fé num futuro de paz que finalmente aparecem refletidas nos olhos de cada pessoa comum nas ruas das grandes cidades, em distribuições de alimento, nos cuidados médicos recebidos e no reencontro com familiares.

O trabalho foi feito com apoio de entidades como Comitê Internacional da Cruz Vermelha, GBECA – Grupo Bíblico de Estudantes Cristãos de Angola, Schweizer Allianz Mission (Sole), The Halo Trust (desminagem) e Médicos Sem Fronteiras, que ajudaram nos deslocamentos dos fotógrafos em regiões de difícil acesso, na visita aos campos de deslocados, hospitais, campos minados e escolas na capital e no interior de Angola ■



OLA

FOTOS POR Vinicius Souza y Maria Eugênia Sá – <http://mediaquatro.sites.uol.com.br>



A maior campanha salarial do mundo(*)

Na vitoriosa campanha pela reeleição do presidente Lula, a principal proposta programática foi a retomada da agenda do desenvolvimento. Para a classe trabalhadora, nenhum desenvolvimento interessa se não for construído sob o eixo da distribuição de renda. Para a CUT, um desenvolvimento sócio-econômico favorecerá o povo pobre trabalhador se houver mudança da política macroeconômica ora em curso. Nesse sentido, apresentamos a defesa da política de maior extensão redistributiva da nossa história: a valorização do salário mínimo. No dia 6 de dezembro foi realizada a III Marcha Nacional pela Valorização do Salário Mínimo. A situação dos rendimentos dos trabalhadores brasileiros constata que a valorização do salário mínimo é uma política pública que combate frontalmente a desigualdade social, a pobreza e a desestruturação do mercado de trabalho.

Salário mínimo e o combate à desigualdade

Originalmente, o mínimo deve proteger a classe trabalhadora ao estabelecer um piso salarial nacional na estrutura geral do mercado de trabalho. Em nossa Constituição, esse mecanismo deve possibilitar a satisfação do conjunto das necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família. Porém, desde o período do regime militar, o mínimo tem regredido em seu valor real, o que fragilizou muito o instrumento em sua capacidade distributiva.

Nos últimos anos, por forte pressão do movimento sindical, o governo tem garantido avançados índices de reajuste. É a retomada de uma valorização, porém, insuficiente enquanto política de Estado, pois não está inserida num plano de recuperação do valor real perdido em mais de duas décadas.

O quadro da remuneração da maioria dos trabalhadores ocupados demonstra a enorme relevância desse instrumento. Dados do PNAD (2003) apresentam que 73,2% dos ocupados no país recebem até três mínimos. No Nordeste, são 68% os que recebem até 1,5 salário mínimo. A considerar que aí estão os segmentos mais fragilizados para inserirem-se no mercado de trabalho, quais sejam, as mulheres, os negros e os jovens e que a maioria dos aposentados (58%) recebe exatamente um mínimo, a definição do seu valor eleva os rendimentos da enorme base da pirâmide social brasileira. Resultados da pesquisa sobre o uso de horas extras, realizada pela CUT e o DIEESE, demonstram que exis-

te uma vinculação direta entre os baixos salários e a extensão da jornada de trabalho. Os baixos salários obrigam os trabalhadores a estender suas jornadas diárias para garantir a complementação dos rendimentos. Portanto, a luta por esse instrumento de distribuição de renda precisa ser acompanhada pela redução da jornada e da limitação do uso de horas extras. São lutas indissociáveis.

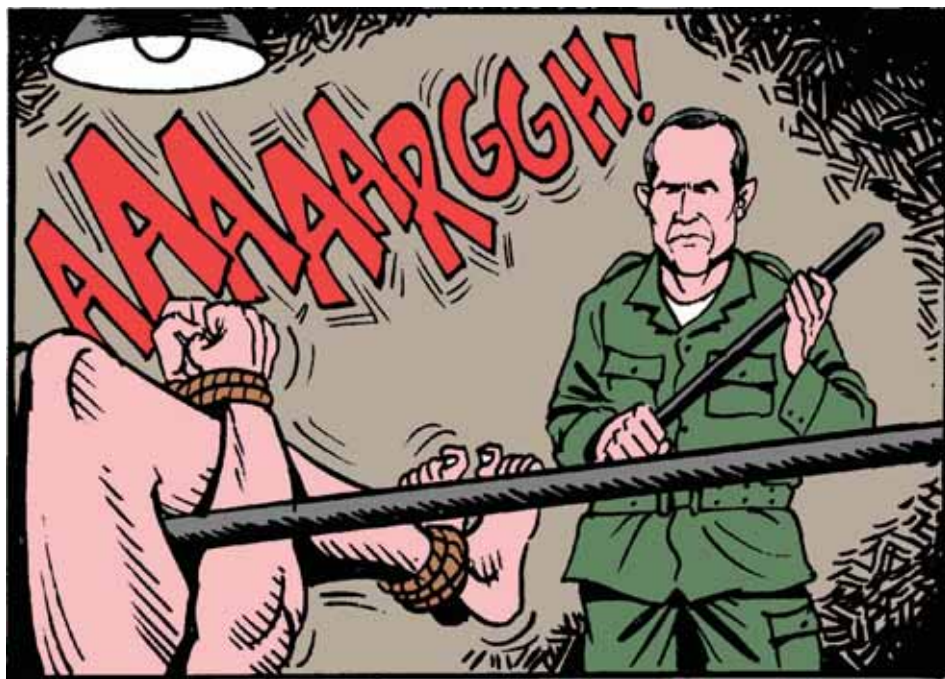
Desbloquear o crescimento (sustentado)

Uma política arrojada de valorização a longo prazo do salário mínimo esbarra frontalmente com a atual política macroeconômica em curso. Trata-se de um bloqueio ao crescimento sustentado. Primeiro porque as taxas reais de juros, que estão num patamar absolutamente elevado, consomem significativa fatia do orçamento público das três esferas de governo. Com isso, a lógica do crescente endividamento acaba por submeter as políticas sociais e o investimento público.

Não à toa, verificamos os baixos índices de crescimento. A superação disto não pode se dar pois de propostas liberais como a política de déficit zero, mas ao contrário, com ações de Estado que desbloqueiem o crescimento sustentado rumo ao desenvolvimento sócio-econômico. O conservadorismo econômico dominante no país é o principal impedimento para avançarmos rumo a políticas estruturantes de distribuição de renda ■

(*) Informe da CUT

Juiz aceita julgar militar acusado de comandar tortura



Bia Barbosa (*)

O juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível do Estado de São Paulo, aceitou julgar Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel reformado do Exército que, de setembro de 1970 a janeiro de 1974, comandou as operações no DOI-Codi. Neste período, houve 502 denúncias de torturas praticadas por homens sob o seu comando e por ele diretamente. É a primeira vez que, no lugar do Estado, quem está sendo processado neste sentido é um funcionário público. Ustra é o primeiro acusado de tortura ocorrida na ditadura a ser julgado no país.

Discordando dos advogados de defesa do coronel, que afirmam que os agentes de segurança foram beneficiados pela Lei da Anistia, de 1979, e que não poderiam ser julgados, o juiz entendeu que a Anistia foi dada para crimes cometidos, o que não impede

ações civis em que esteja em jogo a violação de direitos humanos. Desde o final do ano passado, a família Teles – Maria Amélia, César, Criméia, Janaína e Edson, todos torturados entre 1972 e 1973 – move contra Ustra ação cível declaratória, em que pede somente que a Justiça o declare torturador e reconheça que causou danos morais e à integridade física dessas cinco pessoas. Neste caso, não há responsabilização criminal pela prática da tortura ou pelos cerca de 40 assassinatos decorrentes da violência dos interrogatórios no DOI-Codi. Entidades de defesa dos direitos humanos afirmam que a condenação cível de Ustra pode abrir caminho para a responsabilização criminal. Elas se baseiam na legislação que define que a prática de tortura é um crime imprescritível.

– A tortura é um crime inafiançável, imprescritível, de lesa humanidade. Quando a Justiça o declarar torturador, podemos ir para as instâncias

superiores e responsabilizá-lo criminalmente. Só não podemos responsabilizar essas pessoas pela tortura se considerarmos que eles eram obrigados a torturar – avalia Rose Nogueira, do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Na opinião de Lúcio França, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, uma sentença dizendo que Ustra é torturador abre novos leques de ação.

– Ele pode ser levado pelo Ministério Público para o banco dos réus. Um promotor, neste caso, não pode se recusar a mover uma ação penal contra ele. Os militares afirmam que a anistia foi irrestrita, mas, na verdade, ela foi unilateral. Na Argentina, por exemplo, a chamada “lei do perdão” caiu, e agora as pessoas são processadas. É isso o que queremos – afirma França. Esta é também a expectativa da família Teles:

– Se ele é um torturador declarado pela Justiça, o Estado brasileiro tem a obrigação de tomar dele todas as informações a respeito. Por exemplo, sobre onde estão os mortos e desaparecidos que não foram sepultados. O resultado desta ação específica é moral – acredita Maria Amélia. Os advogados do coronel Ustra vão recorrer da decisão que permitiu a abertura do processo. Enquanto isso, segue em andamento a ação cível.

– Eram dois lados que nós tínhamos. Um lado daquilo que se chama de legalidade e outro de fora da legalidade. Hoje todos estamos na legalidade. A Anistia colocou todos dentro de um mesmo prisma. Agora vão se discutir os efeitos da Anistia, se ela foi ampla ou não – acredita Paulo Esteves, advogado do militar ■

(*) Da Carta Maior

As tentativas de

Fernando Leite Siqueira (*)

Henri Philippe Reichstul promoveu uma série de ações na Petrobras que, em muito, se assemelham àquelas aplicadas pela administração da Enron, a saber:

1 — Contratou a empresa Arthur D. Little, sem concorrência para fazer o planejamento estratégico da empresa, ou seja, para planejar o que já estava programado para ser feito;

2 — Dividiu a empresa em 40 Unidades de Negócio (modelo que em 1992 levou a IBM ao maior prejuízo da sua história, US\$ 4 bilhões), visando transformar essas unidades em subsidiárias para privatizá-las, de acordo com o artigo 64 da Lei 9478/97, a nova lei FHC do petróleo;

3 — Iniciou a privatização pela UN Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), por meio de um aporte de ativos conjuntamente com a empresa Repsol/YPF da Argentina, para constituir uma nova subsidiária chamada de Refinaria Alberto Pasqualini S.A. Essa nova subsidiária tem um capital previsto de US\$ 2,4 bilhões.

Inicialmente, cada empresa associada (Repsol/YPF e Petrobras) aportou o valor teórico de US\$ 500 milhões. Na verdade, os ativos que a estatal brasileira destinou foram calculados em cerca de US\$ 3 bilhões, enquanto os recursos da Repsol, constituídos de uma refinaria de 72 anos, e alguns postos de serviço não chegam a US\$ 400 milhões. Os aportes subsequentes para atingir o capital previsto deveriam ser diferenciados de forma que a Repsol/YPF assumisse o controle acionário da nova subsidiária. Na realidade é a privatização da Refinaria Alberto Pasqualini (esta estratégia foi recomendada pelo CSF Boston no governo Fernando Collor de Melo: privatizar as subsidiárias existentes e dividir a "holding" em novas subsidiárias para privatizar).

Essa negociata foi concretizada pelo Dr. Reichstul na condição de demissionário, na véspera do estouro da Argentina e apesar de uma ação judicial movida pelo Sindipetro-RS/Aepet Nacional;

4 — Instituiu o bônus salarial, salário extra concedido sob orientação do chefe imediato com critérios altamente subjetivos e secretos. Quem ganha não pode divulgar. Para os gerentes são quatro salários por ano. Para os empregados comuns, de um a quatro salários concedidos para um em cada quatro empregados. Esse bônus, juntamente com a fragmentação em Unidades de Negócio, criou uma concorrência predatória e produziu uma devastação no clima organizacional da empresa;

5 — Contratou diversos trabalhos sem concorrência, além de nomear 11 assessores pára-quedistas, sem concurso, para trabalhar na empresa;

6 — Cancelou os contratos da empresa Marítima de forma estranha porque evitou que ela incorresse em pesadas multas por inadimplência, se o cancelamento ocorresse três meses depois e ainda deu à Marítima o direito de processar a Petrobras com grandes chances de ganhar uma bela indenização;

7 — Alegou na CPI da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) que cancelou os seis contratos da Marítima por "excessiva concentração de contratos". Mas a empresa Petroserv, que tinha sete contratos, não foi incomodada. A empresa Falcon passou a ter seis contratos intermediados pela Interoil e mais três sem essa intermediação, conforme declarado pelo engenheiro Sergio Laje, sócio da Interoil, ao depor na referida CPI da Alerj;

8 — Demitiu dois gerentes de alto nível da Petrobras dando munção para as seguradoras americanas que não querem pagar o seguro de "Performance Bond", das plataformas P-19 e P-31, construídas pelo grupo Tannuri, alegando que houve corrupção na contratação. Os dois gerentes eram responsáveis por esses contratos. Foram readmitidos por decisão judicial; A Petrobras se envolveu em 63 acidentes em dois anos.

9 — Autorizou a compra pela Odebrecht/Mariani da Copene de forma tão irregular que os dois representantes do Banco Central, designados para votar a favor, não tiveram coragem de fazê-lo, abstendo-se e declarando que se abstinham por absoluta falta de condições de votar. A Copene, empresa sadia e lucrativa pertencia à Petrobras, a Previ e à Petros, o fundo de pensão dos funcionários de petrolífera. Agora sob controle da Odebrecht/Mariani poderá ser obrigada a adquirir as empresas falidas do grupo, entre elas a Pronor e a Triken que produzirão na Copene um rombo de mais de US\$ 7 bilhões, destruindo-a;

10 — Reichstul propôs à Febrae, a Federação Brasileira de Engenheiros, a criação de uma comissão de petróleo dentro da entidade. A Petrobras indicaria o coordenador, mantendo o controle da comissão. Em troca daria US\$ 40 mil por ano para a Febrae. Até aí nada demais. Imaginamos que a comissão iria defender as teses da atual direção da empresa. Como faz o IBP, que recebe ajuda das seis irmãs e defende os interesses delas, como quebra do monopólio, privatização da empresa, etc. O grave da história é que o coordenador indicado pela Petrobras foi nada mais nada menos que um funcionário da Odebrecht! Vale lembrar que o ex-presidente Rennó teve uma estranha relação com a Ode-

destruir a Petrobrás

REPRODUÇÃO

brech, contratando uma plataforma para Marimbá e pagando duas, fazendo um contrato para Paulínia que escandalizou os órgãos de comunicação;

11 — Visando preparar a empresa para a privatização, Reichstul promoveu uma terceirização profunda na empresa, cortou verbas de treinamento seguindo os passos do ex-presidente Rennó;

12 — Promoveu nos EUA a venda das ações ordinárias em poder do governo, o que fragiliza o controle acionário e facilita a privatização;

13 — Transformou a empresa em um órgão financeiro fazendo operações muito mais voltadas para estabelecimentos bancários do que para uma indústria de petróleo e derivados;

14 — Orientou a Petros a criar um plano alternativo ao Plano de Benefício Definido (BD) atual, criando o Plano Petrobras Vida, de modalidade Contribuição Definida (CD). Copiado dos EUA, em condições piores, teria espalhado o terror entre aposentados e pensionistas, cujos direitos adquiridos teriam sido arrasados com de intimidações, pressões, ameaças, desinformação e terrorismo. Tudo isto visando retirar o fundo de pensão das obrigações da Petrobras. Quando foram alterados os estatutos para permitir que um presidente francês assumisse a direção da empresa, também se extinguiu o artigo 75 que vinculava a Petros à Petrobras para facilitar a privatização. Provavelmente os infelizes que migra-

sem seriam obrigados a adquirir ações de certas empresas. Possivelmente da Odebrecht e Mariani;

15 — Não se pode esquecer que na gestão de Henri Phillippe Reichstul, a Petrobras se envolveu em 63 acidentes em cerca de dois anos. Nos 23 anos anteriores, a empresa causou apenas 17 acidentes, ou seja, menos de um por ano.

(*) Fernando Leite Siqueira é engenheiro - Esta é uma carta que o bravo presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet) enviou a "O Globo" a respeito de considerações sobre a grande empresa. O jornal naturalmente não publicou, esperou dez dias, entregou à Tribuna ■

Lula arquiva projeto sobre o fim do 13º salário

Já é uma tradição a divulgação, por mensagem eletrônica, de notícias absurdas que são devidamente maquiadas de forma a confundir a boa-fé do leitor. Algumas são armadilhas para acionar programas invasores e outras são informes feitos para causar verdadeiro pânico. Nesse segundo campo está a informação sobre a iniciativa do governo federal de acabar com o décimo terceiro salário. A mensagem não tem um conteúdo que corresponda à realidade dos fatos, visto que não há registro de nenhum projeto governamental que trata da extinção de direitos trabalhistas e, em especial, do abono de Natal. É bem verdade que em tempos passados o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tinha uma proposição (PL 5.483/01) que tentava flexibilizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No projeto, direitos poderiam ser "negociados" entre empregadores e empregados. Atendendo promessa de campanha, Lula enviou a mensagem 78/03 ao Congresso, com o pedido de arquivamento do projeto que foi aprovado pelo Senado.

Raça dura de matar



Marcos Nobre (*)

O senador Jorge Bornhausen (PFL/PR) disse que ia se ver livre “dessa raça” nas eleições de 2006, referindo-se em especial ao PT, mas mirando em qualquer coisa que pudesse parecer remotamente de esquerda. E o feitiço não se voltou apenas contra ele e seu partido, mas contra quem que se dizia protegido por santos de toda sorte, como era o caso de ACM na Bahia. As posições se inverteram de tal maneira que a questão agora é: será que o PFL conseguirá sobreviver como um dos quatro grandes partidos? E o problema não é trivial, já que o modelo instaurado por FHC previa um pólo político de dupla sustentação, com a aliança entre PSDB e PFL, e outro pólo com um PT solitário, se debatendo para encontrar aliados, emparedado contra um PMDB sempre dividido e instável. No primeiro mandato de Lula, uma aliança com parte do PMDB só se realizou após a crise de 2005. Foi uma aliança ainda episódica, por pura necessidade de sobrevivência.

Uma aliança efetiva só se deu durante as eleições. O segundo mandato de Lula vai montar um pólo político de dupla sustentação, com PT e PMDB, ao mesmo tempo em que vai minar como puder o bloco PSDB-PFL. Será uma estratégia de isolar o quanto possível o PSDB, tarefa facilitada pelo próprio declínio do PFL, que não deverá governar nenhum estado, apenas o Distrito Federal. Deve perder até mesmo Roseana Sarney para o PMDB.

Teve a maior perda proporcional de bancada na Câmara (quase 20%) e, sem o governo de estados eleitoralmente importantes, deverá perder mais deputados e prefeitos para outros partidos. Só se mantém forte no Senado porque a Casa tem uma “inércia política” muito grande, com mandatos mais longos e um grande número de ex-governadores. Em sua série de livros sobre a ditadura militar, Elio Gaspari lembra que o general Golbery era “o feiticeiro”. Pode-se discutir a estatura política e a qualidade dos feitiços de cada um dos

personagens, mas atribuir a Bornhausen o mesmo título parece apropriado. Afinal, o PFL nasceu de uma dissidência um pouco menos curta de vistas do partido oficial da ditadura. Teve destino eleitoral e político superior ao seu ninho original. Tanto que passou quase duas décadas se orgulhando de ser o partido com maior capilaridade política do país, atingindo os rincões mais profundos. Tudo isso acabou nestas eleições. Ditaduras demoram a morrer, mesmo depois que acabam.

O atual encolhimento do PFL é uma das mais importantes e significativas mortes da ditadura militar brasileira. Jorge Bornhausen vai ter de agüentar bem mais que a “raça petista”. Terá de agüentar o resultado de uma eleição democrática que pode fazer com que o PFL venha a se juntar em futuro não tão distante ao time dos pequenos partidos brasileiros. (Reproduzido da Folha de São Paulo) ■

(*) Professor de filosofia política da Unicamp e pesquisador do Cebrap

Democratizar a mídia é avançar a democracia

Mário Augusto Jakobskind

A pesar de ter passado praticamente ao largo da campanha eleitoral, a questão da democratização da mídia está na ordem do dia. É uma bandeira de luta do movimento social. Na verdade, os políticos brasileiros - e o raciocínio, com raras e honrosas exceções deve se estender aos políticos latino-americanos de um modo geral - desconhecem, ou não querem conhecer, a luta que se trava em favor da democratização dos meios de comunicação.

Os mais questionadores se limitam a eventualmente criticar esta ou aquela publicação quando uma delas edita matéria que não lhes agrada. De um modo geral, os atingidos pelas críticas se contentam quando aparecem em algum jornal de televisão que funciona em cadeia nacional. Cunhou-se até uma expressão, segundo a qual os políticos trocam qualquer coisa por "cinco minutos de fama", ao aparecerem na pequena tela, muitas vezes falando até besteiras. Mas, vale tudo para aparecer em jornais nacionais televisivos.

Pois bem, independentemente da visão dos políticos tradicionais da área parlamentar, sejam eles de esquerda ou direita, o tema democratização da mídia ganha dimensões maiores do que se possa imaginar, o que demonstra que pelo menos os setores mais voltados para as mobilizações por um país mais justo e humano estão antenados à matéria. Talvez por entenderem que a democracia passa por uma análise profunda do funcionamento hoje da mídia no Brasil.

A própria campanha eleitoral recém encerrada pode servir de termô-

REPRODUÇÃO



metro de como o mundo gira na área midiática. O Observatório Brasileiro da Mídia acompanhou de perto o noticiário e demonstrou concretamente que a propalada imparcialidade da mídia conservadora é realmente uma balela. Nos cinco maiores jornais do país (O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Correio Brasiliense e Jornal do Brasil) houve estatisticamente, como ficou comprovado, um desnível absoluto contra um candidato, no caso Lula, e em favor de Alckmin.

O mesmo aconteceu nas revistas (Veja e Época, sobretudo) e com a maioria absoluta dos colunistas, que também nunca esconderam suas preferências ou, se não o fizeram, agiram de forma aparentemente sofisticada. Não importa que esses posicionamentos no final das contas não tiveram influência no resultado do segundo turno presidencial, como ficou demonstrado com a lei-

tura das urnas. Fica a constatação.

A democratização da mídia remete automaticamente a um outro tema relevante e que os sucessivos governos se negam a discutir: a democratização das verbas públicas nessa área. Aliás, esta deve ser uma questão que independe de governos, mas sim do Estado, de política pública. É preciso, desde já, enfrentar as críticas que, sem dúvida, surgirão em função de uma eventual mudança de postura em matéria de distribuição das verbas públicas na área midiática.

Parafraseando o pensador italiano Umberto Eco: um país só pode ser considerado democrático quando todos os setores sociais têm vez e voz em pé de igualdade. O Estado deve ter participação ativa para que isso aconteça, democratizando a verbas públicas no setor midiático ■

(*) Editor da Idéias em Revista

Entrevista

O samba dá uma lição de vida para as pessoas. Porque ele não é só gênero musical, ele é uma forma de viver.

Beth Carvalho:

uma guerreira e resistente cultural



Uma cantora muito especial que fala da alma do povo brasileiro. O nome dela é Beth Carvalho, a madrinha do samba, uma cidadã brasileira combativa que faz tanto no campo da arte como da cidadania. Nunca se omitiu de ter posição nas causas que abraça num verdadeiro exercício de brasilidade. Não é à toa que Beth é conhecida como guerreira e resistente cultural. Ela curte o samba e está sempre renovando e em contato direto com a sua fonte inspiradora: o povo brasileiro. Nesta entrevista à Idéias, da qual participou Mário Augusto Jakobskind, também o jornalista Beto Almeida, representante no Brasil de Telesul, o canal de integração latino-americano, Beth Carvalho revela que em 2007 fará um programa de música popular brasileira e colocará em execução um antigo projeto: a gravação de músicas revolucionárias latino-americanas.

IDÉIAS – Como que é a dobradinha que se pode fazer entre o samba, o jeito de ser do brasileiro, e a construção de um projeto de nação brasileira?

Beth Carvalho - *Isso caminha junto. Porque eu sou uma sambista, mas sou cidadã. Então, eu estou sempre voltada para os problemas do meu país, as causas populares, o samba que é a grande vanguarda desse país. O sambista sempre denuncia o que está acontecendo de várias formas. Com humor, com muita dramaticidade, enfim, o sambista é o cronista do dia-a-dia do povo.*

IDÉIAS – Agora nós estamos num momento na América Latina que existem expressões de transformação social, que é o caso da Venezuela, de Cuba, mas também há um processo de integração social. Qual seria o papel da cultura na integração latino-americana?

Beth - *Estou muito emocionada porque pela primeira vez a América do Sul, a América Latina estão se unindo dessa maneira. Eu acho é uma coisa que eu sempre tive uma relação muito forte com a América Latina e fico contente com o que aconteceu com a Venezuela com Hugo Chávez, na Bolívia, com Evo Morales, que é uma vitória, um índio sendo presidente da República, que maravilha, e a Argentina. E o Brasil com Lula que é a grande possibilidade dessa união. Agora, a cultura caminha junto, eu sou uma pessoa apaixonada pela música, de uma maneira geral. Não é só o samba, não é*

só a MPB, a música do mundo inteiro. Sendo que a música latino-americana mexe mais comigo talvez pelo idioma. Somos mais irmãos. Inclusive eu tenho um projeto maravilhoso e pretendo realizar em 2007. Quero fazer um trabalho lindo que é gravar só músicas revolucionárias latino-americanas. E eu pretendo ou gravar em Cuba naquele teatro municipal que eles têm lá, lindo onde eu vi um balé maravilhoso, ou fazer na Venezuela que também é um lugar que tem tudo a ver. Eu sou amiga do Chávez, com muito orgulho, que eu considero hoje o maior líder que nós temos no mundo. Que tem a coragem de peitar os Estados Unidos mesmo. E é disso que agente precisa. Eu acho que o Brasil precisa de uma figura assim.

Eu acho que tem que ter educação para valer. Na época do Brizola eu era a favor dos Cieps, eu acho que foi o projeto mais importante de educação que já teve nesse país.

IDÉIAS – O que está faltando para democratizar a cultura? Aqui o povo não pode ler, não pode ir ao teatro.

Beth - *Nem a educação e cultura andam juntas. São duas coisas que na minha opinião têm que estar sempre juntas. Mas como não tem nem educação ainda no país, satisfatória pelo menos, tem projeto e tal, mas ainda precários em relação ao que eu penso. Eu acho que*

tem que ter educação para valer. Na época do Brizola eu era a favor dos Cieps, eu acho que foi o projeto mais importante de educação que já teve nesse país. Pena que não levaram adiante. Eu espero que o Lula faça desse projeto a sua bandeira de luta maior. E a cultura, as pessoas saberem que isso é a maior divisa que um país pode ter. Através da música, do teatro, do cinema, é assim que a gente conhece os outros povos. Então, eu acho que tem que se entender que isso é tão prioritário quanto a saúde, como a educação. Eu tenho um projeto que quero apresentar ao governo federal que é “Escola de samba e Choro nas favelas do Rio de Janeiro”. Escola de samba não é a escola de samba tradicional. É para ensinar o samba, o choro nas favelas do Rio.

IDÉIAS – Agora isso aí enfrenta uma certa dificuldade porque há hoje a presença da música estrangeira...

Beth - *Ah, sim. Isso aí é um domínio total, que é uma forma principalmente dos EUA conseguirem dominar o mundo durante esses anos todos e querem agora dominar o espaço. Eles agora são os donos do espaço, não é brincadeira.... Enfim, eles sabem muito bem o quanto a cultura é importante e sabem como dominar um povo. Não precisa de arma é só fazer a lavagem cerebral desse povo. Tirar a cultura dele, que ele domina. Os EUA fazem isso há anos.*

IDÉIAS – É a chamada ocupação do imaginário.....

Beth - *Só que na minha época já existia essa dominação pelo menos a música*

era de qualidade. Agora nem isso é mais. Agora é o lixo estadunidense que vem para cá. Então, ainda por cima, tem isso. Eu ainda tive alguma influência da boa música americana, do jazz, do blues, não é? De um Frank Sinatra da vida, que não podemos negar que era muito bom. Lógico que a gente tinha aqui bom também. Agora nem isso. Então, é uma coisa que a gente tem que, eu acho que qualquer governo que se preze que seja democrata popular e brasileiro e patriota, tem que pensar no rádio que eu acho que é o maior veículo, maior do que a televisão para a música. E tem o tempo de votar uma lei que tenha 80% de música brasileira no rádio. Isso é uma das coisas mais importantes.

Eu ainda tive alguma influência da boa música americana, do jazz, do blues, não é? De um Frank Sinatra da vida, que não podemos negar que era muito bom

IDÉIAS – É verdade que você vai ter um programa de televisão, como vai ser?

Beth - Eu vou ter um programa na TVE e vai ser TVE Brasil, porque tem alguns programas da TVE do Rio que não vão para a rede. O meu programa vai para a rede. Vai ser um programa de samba, de MPB, mas basicamente o samba onde eu vou homenagear, geralmente, um compositor e os convidados daquele dia vão ter que cantar uma música daquele compositor. Claro que vão cantar também os seus sucessos, mas vão, por exemplo, cantar Nelson Cavaquinho. Aí eu convido Zeca Pagodinho, o Zeca vai lá cantar o sucesso que ele está fazendo naquele momento e vai cantar um samba do Nelson. E vai cantar comigo também alguma coisa. Assim também como vou colocar compositores vivos, não só os que já se foram. Um dia vai de Arlindo Cruz, um dia de Cartola, e assim sucessivamente. O que não falta é talen-

to nesse país, um dia de Lupicínio Rodrigues.

IDÉIAS – Você não acha muito estranho que tenha muito pouco espaço para o samba na televisão brasileira?

O samba por ser oriundo de uma classe proletária, da favela, dos subúrbios principalmente do Rio de Janeiro e dos negros, dos pobres, isso incomoda muito mais

Beth - Claro que é, mas é porque a vida inteira foi esse domínio, a vida inteira o Brasil teve essa postura de dominado, de submisso ao capital estrangeiro, a música estrangeira, a tudo o que é de fora: “/ Tudo de fora é melhor/”, entre aspas. Então isso aí é uma coisa, e o samba incomoda mais. O samba por ser oriundo de uma classe proletária, da favela, dos subúrbios principalmente do Rio de Janeiro e dos negros, dos pobres, isso incomoda muito mais. A filosofia é não dar força para essa gente. Não dar força para o povo. Agora eu acredito que a gente melhore porque afinal de contas o Lula tem uma proposta de governo popular.

IDÉIAS – Agora mesmo assim sem ter espaço para o samba, ele continua tendo essa força e o que é muito interessante é uma força de agregação, de mobilização social.

O samba dá uma lição de vida para as pessoas. Porque ele não é só um gênero musical, ele é uma forma de viver

Beth - É. O samba dá uma lição de vida para as pessoas. Porque ele não é só um gênero musical, ele é uma forma de viver. Você, por exemplo, quando vai numa mesa de pagode você exerce a democra-

cia, queira ou não. Porque você vai sentar ao lado do presidente da República e do gari. Não existe nenhuma diferença. Todos vão se sentar igualmente. Então, já começa daí. A comida também é totalmente comunitária, a bebida também (risos) é totalmente comunitária. Quer dizer, o sambista exerce a verdadeira democracia naturalmente. E é muito engraçado, isso também porque tem o lado do humor, que é uma coisa que faz parte também da revolução, tem que ter humor, bom-humor, tem que ter a picardia também, tem que ter a malandragem, tem que ter tudo junto. O samba é tudo isso. E ele conta a história do Brasil. Se você quiser conhecer algo do Brasil é só pegar os sambas. Você vai saber contar a história do Brasil todinha. Eu me lembro que eu colava na escola através de sambas enredos. Por exemplo, digamos que eu não soubesse o nome de Tiradentes. Aí: “Meu Deus como é o nome de Tiradentes mesmo?”, aí eu vinha com o samba do Mano Décio: Joaquim José da Silva Xavier... / Morreu quando? / Morreu a 21 de abril... / Por quê? / Pela independência do Brasil... / O que aconteceu com ele? / Foi traído e não traiu jamais... / O quê? / A inconfidência de Minas Gerais. bateria nas palmas de Beth Carvalho (risos)...

IDÉIAS – É uma aula de história.

Beth - Têm outros. É só querer. Tem Frei Caneca também...

IDÉIAS – Monteiro Lobato, “O mundo encantado de Monteiro Lobato”.

Beth - “E assim nesse cenário de real valor, eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou”... E aí conta toda a história de Monteiro Lobato.

IDÉIAS – O que é ser trabalhista hoje, Beth? Que filosofia é essa ser trabalhista?

Beth - É respeitar o trabalho do povo. Eu acho que é isso a escola do Trabalho. Eu sempre fui trabalhista, eu sempre segui os trabalhistas: Vargas, Jango, Brizola...

Ganhos e perdas das eleições.

O futuro aberto do Brasil

Emir Sader

Terminou a mais longa campanha eleitoral da história do Brasil. Podemos situar seu início há um ano e meio, quando a oposição iniciou as denúncias do que passou a ser chamado de “mensalão”, em abril de 2005. Ou pode-se localizar o início nas eleições municipais de outubro de 2004 quando, animada com os resultados obtidos, a oposição elegeu seu candidato, Severino Cavalcanti, posteriormente cassado por acusações de corrupção, presidente da Câmara de Deputados, derrotando ao governo, que tinha um petista, Luiz Eduardo Greenhalg, como candidato. A partir dali foram se constituindo os dois blocos políticos que se enfrentaram ao longo dos meses, configurando finalmente a polarização entre direita e esquerda, como ela se apresentou com clareza no segundo turno das eleições. A vitória de Lula representa a expressão eleitoral que o povo brasileiro considera a desigualdade social como o problema central do país.

A diferenciação significativa entre as intenções de voto dos estratos mais ricos, de maior nível educacional e do sul do Brasil - diferenciado das outras regiões pelo nível de vida mais alto, assim com o nível educacional e por uma composição étnica majoritariamente branca - e os mais pobres, de menor nível educacional e das outras regiões é significativo, para não deixar nenhuma dúvida sobre seu peso no resultado final.

Dos mais de 60% de intenções de voto, Lula recebe 74% no nordeste,

REPRODUÇÃO



“Não é a candidatura de Lula que introduziu a desigualdade. Ao contrário, são as políticas do seu governo as que, pela primeira vez na história do Brasil, diminuíram essa desigualdade”

56% no norte, 54% no sudeste e 44% no sul. Recebe 64% dos que possuem ensino fundamental, 56% dos que tem ensino médio e 40% dos com ensino superior. Conta com 64% dos que recebem até dois salários mínimos, 56% entre dois e cinco salários mínimos, 50% dos que recebem entre cinco e dez e 38% dos de mais de dez salários mínimos. Lula perde apenas neste último, nos de maior escolaridade e na Região Sul, mas ganha em todos os outros. Isto também signifi-

ca que os votos que obtêm não se restringem ao voto dos pobres, porque ele triunfa na Região Sudeste, nos de escolaridade média e nos que recebem de cinco a dez salários mínimos, além de ter expressiva intenção de voto no Sul, nos de maior rendimento e de maior escolaridade.

O país não está dividido socialmente entre direita e esquerda, mas o caudal de votos do bloco de esquerda é significativamente dos de menor renda e menor escolaridade. Não é a candidatura de Lula que introduziu a desigualdade. Ao contrário, são as políticas do seu governo as que, pela primeira vez na história do Brasil, diminuíram essa desigualdade. Sua candidatura expressa a vontade de superação da desigualdade, inscrita na história e na estrutura social pelas orientações que os sucessivos governos imprimiram ao país. Aproxima-se a hora de fazer o balanço dos ganhos e perdas dessa quase interminável campanha. Os ganhos se situam na expressão socialmente significativa do voto de extração social popular e na polarização mais clara entre direita e esquerda no segundo turno. Derrotado o bloco de direita - e seus maiores caciques, particularmente derrotados: Tasso Jereissatti, Jorge Bornhausen, Antonio Carlos Magalhães, Fernando Henrique Cardoso - e a grande mídia. Vitorioso Lula e a esquerda, que se mobilizou no segundo turno. Resta saber como cada um deles lerá os resultados e atuará em seguida. ■

(*) Sociólogo e professor da Uerj.

Crianças de candomblé são discriminadas na escola

Porque o racismo tem muitas faces

Stela Guedes Caputo*

FOTO: Stela Guedes Caputo



Joyce, aos 13 anos, não entrava na escola com seus colares de candomblé para não ser discriminada

FOTO: Marcos Alves



Ricardo Nery aos 4 anos já era ogan

"Quem dá a esta professora o direito de dizer, em sala de aula, que ser um ogan é errado?"

ganha com essa segregação? Defendo radicalmente uma escola laica, mas, se o Estado resolveu colocar a religião nas escolas, porque os alunos não podem ser estimulados a falarem de suas diferentes interpretações de mundo? Isso, inclusive, poderia ser feito em outras disciplinas e não necessariamente em uma aula de religião.

Há 14 anos pesquiso o cotidiano de crianças que praticam candomblé no Rio de Janeiro e aprendi que o convívio com os orixás elabora uma vivência singular e não cindida entre o sagrado e o humano, entre a natureza e a sociedade, entre adultos e crianças, entre a tradição e a modernidade (ou pós-modernidade), entre a vida e a morte. Crescer em um terreiro de candomblé é partilhar uma perspectiva de educação, anti-racista e plural. Há muito a escola perde essa experiência porque é longa a sua prática de silenciar culturas não hegemônicas.

Entrevistei 12 professores de ensino religioso e a maioria afirma utilizar trechos da bíblia e textos do padre Marcelo Rossi em suas disciplinas. *"Ano passado eu tinha 8 alunos ogans que entenderam que estavam errados e hoje são cristãos"*, comemora uma educadora. Quem dá a esta professora o direito de dizer, em sala de aula, que ser um ogan é errado? Ensinar, sempre foi uma questão de poder e, no caso do ensino religioso não será diferente. Tanto é assim que as religiões com maior poder econômico já prepararam seus livros didáticos.

O Estado do Rio de Janeiro desafia a Constituição Federal que determina um Estado laico, separado das Igrejas. Oficializa a discriminação religiosa e racial porque mesmo que crianças brancas pratiquem candomblé, a religião dos orixás é parte fundamental de culturas afro-descendentes. E, ainda, despreza e sabota o esforço que milhares de educadores e educadoras fazem na busca por uma educação multicultural crítica que respeite e celebre, de verdade, a diversidade desse país. Se ficarmos calados, ao invés de conseguir reverter o que acontece no Rio, o vexame desse estado ganhará mais adeptos ■

* Jornalista, doutora em Educação. Integrante do Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas da PUC-Rio e do Laboratório de Educação e Imagem da UERJ (Grupo de Pesquisa - As redes de conhecimentos em comunicação: questão de cidadania). stelaguedescaputo@hotmail.com

Ricardo Nery hoje tem 18 anos e aos dois, foi "apontado" ogan, ou seja, entre outras tarefas, ele é responsável por convocar os orixás no terreiro de sua avó, Palmira de Iansã, na Baixada Fluminense. Assim como ele, milhares de outras crianças e adolescentes frequentam terreiros de candomblé. Todas possuem pelo menos duas coisas em comum. A primeira é o amor e orgulho do candomblé, religião afro-descendente que cultua os orixás. A segunda é que a quase totalidade delas, para não ser discriminada na escola, diz que é católica. Ricardo já foi chamado de "filho do Diabo", por uma professora. A amiga Joyce dos Santos, também do candomblé, aos 13 anos dizia: *"Tenho orgulho de minha religião, mas na escola não entro com minhas contas. Minto para não ser discriminada. Na rua já me apontaram dizendo: macumba é coisa de negro!"* O irmão de Joyce, Jailson dos Santos, outro ogan, aos 14 anos, revelava: *"Vivo apenas aquele preconceito normal"*. O racismo em nossa sociedade tem muitas faces e o pior, é que elas se naturalizam.

O problema da discriminação religiosa sofrida por praticantes do candomblé, incluindo crianças adeptas, é antigo, mas, com certeza, foi agravado no Rio quando, em setembro de 2000, em franco desacordo com a Lei de Diretrizes e Base (que não prevê o ensino religioso confessional), o governo estadual implantou a Lei 3.459 e estabeleceu o ensino religioso confessional nas escolas públicas. Em janeiro de 2004, por concurso, 500 professores foram contratados. Destes, 68,2% são católicos, 26,31% evangélicos e 5,26% de "outras religiões". Nenhum do candomblé.

A Coordenação de Ensino Religioso do Rio diz que a meta é que professores católicos ensinem a alunos católicos e evangélicos a evangélicos, por isso o ensino é confessional. O que a escola



REPRODUÇÃO

Desmatamento da Amazônia diminui pela primeira vez em nove anos

Quatro anos de trabalho intensivo do governo federal fazem o desmatamento na Amazônia cair pela primeira vez desde 1997. O índice para o período 2004-2005, anunciado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, teve uma queda de 31%. A área desmatada foi reduzida de 27.200km² para 18.900km². É a primeira vez, em 17 anos de monitoramento, que o governo apresenta os dados sobre desmatamento no mesmo ano em que eles ocorrem. O Ministério do Meio Ambiente comparou números de 11 meses, agosto de 2003 a julho de 2004, com agosto de 2004 a julho deste ano.

A estatística do MMA, que têm como base levantamentos de satélite feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apontam que houve uma queda acentuada em todos os estados, com redução expressiva do desmatamento nas áreas próximas à rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), onde houve maior intervenção do governo federal por meio das fiscalizações do Plano de Ação para Prevenção e Controle do desmatamento na Amazônia. Os números indicam leve crescimento do desmatamento apenas no sudeste

do Pará e no sul do Amazonas.

De acordo com a ministra Marina Silva, essa queda é consequência de iniciativas que combinam ações de comando e controle com grandes operações de repressão, como a Setembro Negro e Curupira, com outras de ordenamento fundiário e territorial e criação de áreas protegidas. – Chegamos a ter 23 operações acontecendo simultaneamente na Amazônia, com envolvimento do Ibama, Polícia Federal, Exército, Polícia Rodoviária e as polícias ambientais dos estados. Isso está fazendo a diferença – destacou Marina. Entre os resultados das ações adotadas pelo MMA e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) desde 1993 estão a apreensão de 582 mil m³ de madeira em tora, emissão de R\$ 1,8 bilhão em multas e prisão de 241 pessoas envolvidas em ações ilegais, sendo 63 servidores públicos e 178 empresários madeireiros, despachantes e contadores. As ações do governo causaram, ainda, apreensão de 26 tratores, 54 caminhões e 459 motosserras usadas nos desmatamentos ilegais.

A ministra Marina Silva acrescentou, no entanto, que o grande desafio agora é combinar as ações de comando e con-

trole com as ações de desenvolvimento sustentável. Para isso é fundamental a aprovação do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, que tramita há nove meses no Congresso Nacional. O PL irá possibilitar, por exemplo, a implantação de Distritos Florestais, áreas onde será estimulado o uso sustentável de produtos e serviços da floresta.

O primeiro a ser implantado será o da BR-163, com 16 milhões de hectares, sendo cinco milhões de hectares de área de manejo e expectativa de produção de 4,1 a 6,7 milhões de m³ de toras e geração de 100 mil empregos diretos. O secretário de Biodiversidade e florestas do MMA, João Paulo Capobianco, destacou que as medidas de combate à grilagem de terra e ordenamento fundiário possibilitaram o cadastramento de 30.556 imóveis rurais na Amazônia, o equivalente a 74 milhões de hectares. Ele citou, ainda, a criação de 85km² de unidades de conservação em zonas de conflito, a homologação de 93 mil km² de terras indígenas e a criação de 3,76 mil km² de projetos de assentamentos sustentáveis ■

(*) Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Equador: América Latina tem mais um presidente de esquerda

Mário Augusto Jakobskind (*)

Os latino-americanos deram um recado muito claro quando foram às urnas: um rotundo não ao neoliberalismo e apoio total às verdadeiras reformas que os países necessitam para promover a justiça social. No final de novembro foi a vez dos equatorianos, que elegeram o economista Rafael Correa, de 43 anos, presidente da República. Durante a campanha, Correa demonstrou que sua proposta era em favor de uma mudança de rumos no país.

O candidato esquerdista venceu com uma diferença de mais de 800 mil de votos o oponente de direita, Alvaro Noboa, a maior fortuna do Equador e uma das maiores da América Latina. Noboa, apoiado pelo governo estadunidense, empregou parte de sua fortuna na campanha, que teve como tônica um linguajar da época da Guerra Fria, mas não conseguiu

evitar a maior diferença de votos entre candidatos na recente história do país que é produtor de petróleo. Em sua primeira declaração depois de conhecidos os resultados das urnas, Correa afirmou que “depois de cinco séculos, o povo equatoriano assumirá o comando da nação”. E complementou com o lema de Che Guevara: “Até a vitória, sempre!”.

Noboa, rancoroso até o final da apuração, tentou colocar em dúvida o resultado das urnas, imaginando que o seu apelo golpista sensibilizaria algum setor da classe dominante que foi duramente derrotado nas urnas. Ex-ministro da Economia no governo do presidente Alfredo Palácios, a quem vai suceder, Correa é um político nacionalista e que vinha sendo intensamente combatido pela direita por ser “amigo” do presidente venezuelano Hugo Chávez. Crítico do governo estadunidense, ao comentar a declaração de Chávez, que comparou o presidente George W. Bush ao diabo,

Correa respondeu sem papas na língua: – Comparar Bush ao diabo é uma ofensa ao diabo.

Correa assumiu compromissos com o movimento social equatoriano, entre os quais, o de rever a concessão da base militar de Manta dada aos estadunidenses e fazer com que o país retorne efetivamente à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que abandonou em dezembro de 1992, por ignorar o programa de cotas estabelecido pela organização. O Equador é o quinto produtor da América Latina, com 543 mil barris de petróleo por dia. A eleição de Correa se insere também no contexto da consolidação da integração latino-americana, hoje defendida sobretudo por governos como da Venezuela, do Brasil, da Bolívia, da Argentina, do Uruguai e pelo recém eleito presidente da Nicarágua, Daniel Ortega. ■

Povo da Venezuela dá mais um crédito de confiança a Chávez

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, apesar das investidas golpistas do governo de George W. Bush e da mídia conservadora, venceu mais uma eleição, desta vez se elegendo para um novo mandato de seis anos. Mais do que qualquer adjetivo, os números falam por si só: Chávez obteve pouco mais de 62,57% dos votos, enquanto que o opositor Manuel Rosales ficou com cerca de 38,5%. Chávez deverá aprofundar a revolução bolivariana e desenvol-

ver, para usar as palavras do presidente reeleito, o socialismo do século XXI.

Como explicar tão ampla popularidade do presidente venezuelano, que já enfrentou sete eleições, uma delas, em agosto de 2004, que confirmou o seu mandato, em resposta à oposição que queria, conforme estabelece a Constituição, o fim do seu governo?

O novo voto de confiança a Chávez se explica por vários motivos. No plano econômico: Cerca de 44,6% do or-

çamento de 2007 do governo serão destinados aos gastos sociais.

A pobreza está diminuindo na Venezuela, passou de 55,3% em 2003 (ano da greve dos empresários e da PDVSA) para 33,9% em 2006.

A PDVSA contribuiu com o financiamento direto em ações sociais do governo, aplicando em 2006, 7,18 bilhões de dólares nestas ações (excluindo o que já paga em impostos).

É preciso dizer mais alguma coisa?

Ortega é eleito presidente da Nicarágua, apesar da pressão dos EUA

REPRODUÇÃO



Mário Augusto Jakobskind

Venceu Daniel Ortega no primeiro turno presidencial da Nicarágua com uma acentuada diferença em relação ao segundo colocado, o banqueiro Eduardo Montealegre, apoiado pelo Departamento de Estado norte-americano. Ortega não é mais aquele dos anos 80 quando foi um dos principais comandantes da Revolução Sandinista que derrubou a ditadura sanguinária da família Somoza. Mesmo moderado, Ortega continuou vetado pelo governo dos EUA.

Na última semana da campanha eleitoral, uma figura que nos 80 esteve vinculado ao tráfico de drogas e ajudou os contras que lutavam para acabar com os sandinistas, esteve em Manágua. O coronel Oliver North, embora não ocu-

pando nenhum cargo no governo Bush, apareceu como uma espécie de embaixador informal. Fez campanha, aconselhou os nicaraguenses a não votarem em Ortega, numa grosseira intromissão em assuntos internos de um país soberano. Mas, os apelos não surtiram efeito.

O embaixador estadunidense em Manágua, Paul Trivelli, foi um dos principais porta-vozes contra Ortega. E às suas constantes declarações que feriam a soberania da Nicarágua se somaram as do congressista republicano Dan Burton, a do secretário de Comércio de Bush, Carlos Gutiérrez. O diplomata chegou a declarar, que não se trata do banqueiro ou de outro candidato, mas sim que não ganhasse Ortega. A vitória de Ortega foi saudada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez e recebida, no entanto, com frieza por Bush ■

Mundo respira aliviado com a derrota de Bush

O Partido Republicano do presidente George W. Bush perdeu as eleições para os democratas na Câmara dos Representantes e Senado, o que não acontecia há 12 anos. Foi uma derrota política de Bush, o responsável pelo desastre no Iraque. Além de mais de três mil soldados norte-americanos morte, a invasão matou 150 mil iraquianos, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde do Iraque.

Logo após serem conhecidos os resultados eleitorais, Donald Rumsfeld, o secretário de Defesa que defendeu o envolvimento no Iraque, foi exonerado do cargo. Não se pode esquecer também a influência dos recentes escândalos sexuais e de corrupção envolvendo legisladores republicanos nos resultados da eleição.

Fato significativo aconteceu no Estado de Minnesota com a vitória do muçulmano negro Keith Ellison, um advogado que propôs a retirada das tropas americanas do Iraque. De alguma forma a comunidade internacional, com raras exceções, respira aliviada e aguarda alguma mudança de postura dos Estados Unidos em relação à uma série de questões.

Além desses pontos, muitos analistas perguntam que mudanças ocorrerão em matéria de política americana na América Latina? O bloqueio de mais de 40 anos contra Cuba? A presença militar do no Peru, cujo Congresso recém aprovou a entrada de soldados norte-americanos no país; Equador e Colômbia, por exemplo? Alguma mudança à vista? A resposta é não.

Guerra em Oaxaca: A morte de Brad Will

Luiz Hernández Navarro (*)

O jornalista Brad Will era um exemplo do novo jornalismo independente nascido das lutas contra a OMC em Seattle, em 1999. Will foi morto a tiros nas ruas de Oaxaca (México), em mais um crime da repressão contra o movimento popular. O grande corpo delgado jaz sobre o asfalto frio, numa rua do município de Santa Lucía del Camino. No torso desnudo um fio de sangue mostra as feridas mortais, provocadas por duas balas de calibre nove milímetros. Presa ao punho está uma câmera de vídeo HD profissional. Seu nome é Brad Will e nasceu nos Estados Unidos. Tinha 36 anos de idade. Era jornalista da rede alternativa Indymedia.

Brad Will foi morto no dia 27 de outubro. Gravava o ataque de pistoleiros, a serviço de Ulises Ruiz, contra as barricadas erguidas na colônia Calicanto. Um corregedor, o chefe de segurança da prefeitura e dois policiais disparavam contra os opositores ao governador do estado, Ulises Ruiz. Tam-

bém atiraram contra Brad, que documentava a agressão, sempre atrás de um grupo de jovens. Ele não se expôs, mas os pistoleiros o tinham na mira. Caiu, abatido pelas balas.

Doente, Will chegou ao México em outubro de 2006. Seu amigo, o jornalista Al Giordano, editor de "The Narco News Bulletin", lhe recomendou que não fosse ao local. "Conhecendo" - escreveu Giordano - "o azar que Brad teve cobrindo outras histórias (a polícia o espancava em Nova Iorque e no Brasil enquanto fazia esse trabalho importante, mas perigoso), sua dificuldade com o espanhol, e o alto risco que cerca os jornalistas independentes (...) implorei que ele não fosse". O jornalista não ligou. Seu trabalho jornalístico no sul do México foi impecável. Tanto assim, que, tornou-se incômodo para o poder. As imagens que gravou das agressões contra o movimento popular de Oaxaca captaram os rostos de pistoleiros e assassinos. Sua última crônica, "Morte em Oaxaca", é um testemunho dramático do assassinato de Alejandro García Hernández, um ativista da Assembléia Popular dos Povos

de Oaxaca, e a repressão do governador Ulises Ruiz contra os insubmissos.

Em 17 de fevereiro de 2005, Brad escreveu, depois de uma selvagem repressão governamental contra uma ocupação de terra em Goiânia, no Brasil, a que deu ampla cobertura: "Não tenho palavras para exprimir o bem que a gente se sente por estar vivo". Tragicamente, depois do que passou em Oaxaca, ele não pode mais afirmar isso.

Em 29 de outubro de 2006, em plena ofensiva policial contra o movimento popular, em meio às bombas de gás lacrimogênio e aos gendarmes que espancavam cidadãos que resistiam à repressão com seus corpos, centenas de oaxaqueños humildes visitaram seu féretro para render-lhe uma última homenagem. Mulheres chorando e rezando beijaram o ataúde para agradecer-lhe pelo seu compromisso e pela sua honestidade, e dar-lhe a despedida. A lembrança de Brad ficará viva na memória de uma das maiores revoltas da história do México contemporâneo. ■

(*) Editor de Opinião do jornal La Jornada

Obrador se auto-proclama presidente do país

REPRODUÇÃO

O líder esquerdista Andrés Manuel López Obrador, candidato derrotado nas eleições mexicanas de julho, se auto-proclamou "presidente legítimo" do México, em oposição ao presidente eleito, o direitista Felipe Calderón, a quem considera um "usurpador". Sob o argumento de que houve fraude nas eleições gerais, o político do Partido da Revolução Democrática (PRD) tenta "defender os direitos" dos mexicanos por meio de um "gabinete espelho", que acompanhará a sua autodenominada "presidência legítima".

— Que estes reacionários neofascistas não pensem que vão gozar de "margem de manobra", vamos mantê-los com rédea curta — afirmou



Obrador a seus simpatizantes, em referência ao governo de Calderón, que assume em 1º de dezembro. O ex-prefeito da Cidade do México, de 53 anos,

iniciará uma nova campanha por todo o país, que segundo observadores preparará o terreno para voltar a concorrer à presidência em 2012. ■

Preso jovem que não quis servir ao exército de Israel

Omri Evron, membro da Juventude Comunista israelense, de Tel Aviv, foi sentenciado a passar 14 dias em uma solitária, por ter se negado a servir ao exército de ocupação. Depois de julgado, foi enviado à prisão militar e ainda corre o risco de receber uma sentença maior. Omri está confinado por se negar a vestir a farda e obedecer ordens de seus superiores. Momentos antes do julgamento, dezenas de camaradas e amigos se manifestaram diante da base militar e expressaram sua solidariedade.

Em carta lida durante o julgamento, Omri disse aos juizes militares que se nega a servir ao exército em protesto contra a ocupação militar do território palestino.

O Partido Comunista de Israel informou em seu site que faria nova manifestação diante da base militar de Tel-Hashomer, em solidariedade com outro jovem militar que também será julgado pelas mesmas alegações que levaram Omri Evron à corte ■

(*) Por Judeus Unidos Contra o Sionismo

Carta de um israelense digno *

"Nego-me a servir no exército pois desta maneira protesto contra a prolongada ocupação militar do povo palestino. Esta desumana ocupação persiste, semeando o ódio e o terror entre os dois povos. Nego-me a servir uma ideologia que não reconhece o direito dos povos à autodeterminação e à coexistência pacífica. Não estou disposto a contribuir para a opressão sistemática da população civil, para a implantação de um regime de apartheid nos territórios palestinos.

Sinto profunda vergonha pela ação militar israelense nesses territó-

rios e repugna-me a fome que se faz passar a muitos e as humilhações nos postos de controle. Nego-me a servir de cobaia das indústrias do armamento, das grandes corporações, dos empreiteiros exploradores de todo tipo, que semeiam o racismo e que se servem de líderes cínicos para aumentar seus lucros à custa do sofrimento dos povos e da negação dos direitos humanos mais básicos. Nego-me a matar! Nego-me a ocupar!"

(*) A carta é de Omri Evron, de Tel Aviv, que está sob prisão preventiva numa base militar.

Israel continua impune sob a proteção dos EUA

Em matéria de proteção a Israel, na hora de se votar alguma resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) condenando as ações criminosas contra os palestinos - uma prática rotineira -, os Estados Unidos sempre exercem o seu poder de veto, e nada acontece. Foi assim que recentemente prevaleceu a impunidade, de-

pois que Israel matou "por engano" 18 pessoas, entre mulheres e crianças, de uma família palestina, na Faixa de Gaza. Na hora da votação, o embaixador de Bush na ONU, o fascista John Bolton, impediu que fosse adotada alguma medida contra o governo israelense, mesmo considerando o projeto de condenação bastante moderado ■



Liberdade, pobre moça sem língua!



Ao bater os olhos - e isso é força de expressão, pois não bati fisicamente com os olhos, apenas percebi, num relance - na notícia "Emir Sader é condenado por caluniar Bornhausen" pensei que se tratava de uma peça humorística. Mas era verdade. E isso é grave, pois abre um precedente que pode ferir mortalmente o pouco de liberdade de expressão que existe neste país. De repente, a autocensura se tornará compulsória e se alguém quiser emitir uma opinião pessoal terá - antes de tudo - de munir-se de provas sustentáveis num tribunal de, como direi, Justiça.

Na minha opinião, já escrevi isso, Emir Sader vê o Brasil mais com olhos de membro do PT do que com olhos de jornalista, a ponto de chamar de erros os crimes praticados pela turma do mensalão. Isso, porém, não lhe tira o mérito de ser uma pessoa digna que luta por causas dignas e um dos mais sérios pensadores do país. Vai daí que fui procurar a declaração do senador e ele realmente disse: "Vamos nos livrar dessa raça pelo menos por 30 anos". Emir Sader acusou-o de racismo em artigo publica-

do em vários jornais e revistas. Eu não escrevi, mas pensei o mesmo. Um senador da República deveria ter mais cuidado com o que diz. Posteriormente, esclareceu que quando falou em raça quis dizer "gente" e aproveitou para dizer que considerava Emir "insignificante". Fui reler o artigo e verifiquei que, segundo Emir, Bornhausen é uma das figuras mais repulsivas da burguesia brasileira. Até aí nada demais. O senador é burguês e Emir tem todo o direito de achá-lo repulsivo. Ninguém poderia chamá-lo de atraente.

Em seguida, diz que o senador do PFL é banqueiro, direitista, adepto das ditaduras militares, do governo Collor, do governo FHC, do governo Bush. Só então o chama de racista. Onde Emir errou? Emir ainda chamou o político de fascista. E daí? O que era a ditadura? Parlamentarismo norueguês? O resto são opiniões e estas são sempre subjetivas. "Aí, seu fdp!" pode ser um cumprimento ou uma agressão, pode merecer um soco ou um sorriso, dependendo da entonação da frase. O juiz Rodrigo Cesar Müller Valente, da 11ª Vara Criminal de São Paulo,

achou que Sader havia caluniado Bornhausen e condenou-o a um ano de serviços comunitários e perda de função pública. Não apenas condenou Sader, que é professor, impedindo-o de exercer sua profissão e ganhar o dinheiro para sustentar a família, como puniu os seus alunos por julgar que o Bornhausen não é racista. Como não é? Perguntem ao especialista Alfredo Wagner Breno de Almeida se não é o PFL, partido presidido por Bornhausen, o que mais põe obstáculos ao direito à propriedade dos negros quilombolas às terras onde residem há séculos. Diz Almeida: "A Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo PFL é um exemplo da força do racismo na sociedade brasileira e de uma negação da propriedade aos negros". Bornhausen é advogado e sabia que não tinha um caso contra Emir Sader. Só decidiu processá-lo depois que foi publicamente inocentado e parabenizado no Senado por Paulo Paim (que pena, rapaz!), Aloísio Mercadante e Tião Viana, que consideraram mais importante lisonjear o pefelista para evitar maiores aprofundamentos na CPI do mensalão ■



Unimed

PLANO DE SAÚDE - O SISEJUFÉ-RJ oferece para seus associados, dependentes e agregados, com pagamento consignado em folha, um Plano Empresarial de Saúde Unimed, através da Vectorial Corretora. Ampla credenciamento inclusive no interior e os melhores preços do mercado. Informações pelos telefone 21580558 ou 21580559. Ver a tabela no portal <http://sisejuferj.org.br>.



O SISEJUFÉ-RJ firmou convênio com a Universidade Estácio de Sá, para os cursos de graduação, cursos do Instituto Politécnico, pós-graduação "lato sensu", para os servidores associados e seus dependentes.

Visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do potencial do ser humano, tornando-o capaz de se inserir na sociedade, dentro de suas novas exigências e seus novos paradigmas. Maiores informações: www.estacio.br ou Central de Atendimento (21) 25630000.

A portrait of Karl Marx with a long white beard and hair, looking slightly to the left. Overlaid on the lower right of the portrait is a hammer and sickle symbol, which is slightly out of focus. The background is dark and textured.

Curso de Marxismo do SISEJUFERJ